

ACTA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
CASTELO DE PAIVA, REALIZADA
NO DIA VINTE E QUATRO DE
FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZ. ***

____ Aos vinte e quatro dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dez, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Castelo de Paiva, sob a presidência de José Manuel Lopes de Almeida, Presidente da Assembleia, secretariada por João Fernando Barbosa Dias e Ilda Maria Cardoso Valente, respectivamente primeiro e segundo Secretários da Assembleia e pela funcionária da Câmara Municipal Cristina Maria Almeida Silveira Matos.***

____ ORDEM DE TRABALHOS: ***

____ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.*****

____ 1. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 30.12.2010;***

____ 2. ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO;***

____ **PERÍODO DA ORDEM DO DIA.*****

____ 1. APRECIAÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO; ***

____ 2. ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES PARA A ASSEMBLEIA DISTRITAL DE AVEIRO.***

____ 3. ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE PARA O CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL, DE ENTRE OS AUTARCAS DAS FREGUESIAS.***

____ 4. SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.***

____ 5. REGULAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA, E RESPECTIVA FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICA. ***

____ 6. ACÇÃO JUDICIAL CONTRA ELEITOS DO PSD (PROC.

435/07.8BEPNF); HONORÁRIOS ESCANDALOSOS DE ADVOGADO, ESCOLHIDO POR ELEMENTOS DO PSD, CUJO PAGAMENTO ESTES PRETENDEM IMPUTAR AOS MUNÍCIPES; PEDIDOS DE ELEMENTOS E INFORMAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL; ÉTICA, LEGALIDADE E JUSTIÇA NO CASO E NOS PROCEDIMENTOS.***

PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.***

Presentes os membros: Abel Duarte Barbosa Alfredo José Fernandes Gonçalves; Alfredo Trindade da Rocha; António Costa e Cunha; António Filipe Moura Fernandes; António Gouveia Coelho; António Pedro Maldonado Martins Carvalho, Artur José Freitas de Sousa; Carlos Alberto Carmo Teixeira; Daniel António Correia Mendes Rocha; Giselda Martins Sousa Neves; João Pedro Nogueira Costa Campos; Joaquim Luís Vieira Martins; Jorge Humberto Castro Rocha Quintas; José António da Costa Moreira da Rocha; José António Santos Vilela; José Vieira Gonçalves; José Vieira Pinto; Luís Filipe Cardoso Valente; Manuel António Rocha Pereira; Manuel Duarte Mendes; Martinho Moreira Bernardes, Maria de Fátima Reis Laranja Strecht Ribeiro; Maria da Graça Soares de Sousa; Cátia Cristina Rodrigues Gomes, João Vitorino Martins Almeida Moreira e Manuel da Silva Moreira.***

Presenças da Câmara Municipal: Presidente da Câmara, Gonçalo Rocha, Vereadores: António Rodrigues, José Manuel Carvalho, Paulo Teixeira, e Vanessa Rodrigues ****

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA ***

Usou da palavra o Presidente da Assembleia Municipal para manifestar um voto de profundo pesar em nome de todos os Membros da Assembleia Municipal pelos acontecimentos trágicos que ocorreram na Madeira no passado sábado, pelos óbitos, prejuízos em termos pessoais e materiais que afectaram os nossos conterrâneos e cidadãos da Madeira. Manifestar um voto de profunda solidariedade para com os habitantes e autoridades Regionais da Madeira, e se todos estiverem de acordo guardávamos um minuto de silêncio. Após a aprovação, este voto será enviado ao Governo Regional da Madeira, ao Representante da República na Madeira, ao Presidente da Assembleia Regional da

Madeira, aos Presidentes das Câmaras Municipais do Funchal e da Ribeira Brava.

Foi guardado um minuto de silêncio e aprovado por unanimidade o voto de pesar, nos termos propostos.

____ Usou da palavra o membro Dr. Gouveia Coelho, para apresentar a seguinte sugestão: “O Município de Castelo de Paiva e quem o representa é o Presidente da Câmara, poderia enviar o voto de pesar para as entidades que foram referidas, também poderá ser só a Assembleia, mas o que parece curial é que o nosso voto de pesar chegue aos madeirenses através das suas Assembleias Municipais e Associação de Municípios, ou para todas ou para aquelas que particularmente foram fustigadas pela catástrofe, porque os órgãos a que nós correspondemos e que representam os madeirenses são as Assembleias Municipais e quando muito a Associação de Municípios. ***

____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para informar que na segunda-feira enviou de imediato as condolências e a solidariedade às várias Câmaras Municipais da Ilha da Madeira, e que amanhã em reunião de Câmara irá reforçar esta situação. ***

____ O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que independentemente desta Assembleia Municipal aprovar este voto de pesar a enviar às entidades referidas, foi sugerido também conjuntamente com a Câmara Municipal, que fosse enviado em conjunto o voto de pesar para o Governo Regional da Madeira, Assembleia Regional da Madeira, Representante da República na Madeira e Câmaras Municipais mais atingidas Funchal e Ribeira Brava. ***

____ Foi presente à Mesa um voto de pesar: “ Foi com uma enorme tristeza que tomamos conhecimento do falecimento do Senhor Fernando Manuel Pinto da Silva, natural da Freguesia de Fornos deste concelho. O Sr. Fernando Pinto, deixará na memória de todos a lembrança de um cidadão dedicado à causa pública, de um democrata com enormes qualidades, cumpridor de forma exemplar. Foi dirigente associativo, dirigente partidário, membro da Assembleia Municipal e da Assembleia de Freguesia de Fornos, sendo digno da consideração daqueles que o contactavam. Em nome da Assembleia Municipal de Castelo de Paiva, apresentamos os mais sinceros e profundos

sentimentos de pesar à família, assim como à Banda Musical de Fornos, à Associação Desportiva do Casal e ao Partido Socialista de Castelo de Paiva, dos quais fazia parte como dirigente, e ao Agrupamento P'ra Pular de que era membro componente.” ***

Aprovado por unanimidade este voto de pesar, que será enviado à Família. ***

____ Pediram a Suspensão de mandato os Membros: Maria de Lurdes de Bessa Sousa, José António Silva Rocha e Gina Maria Moreira. ***

____ Presentes os seguintes requerimentos dos membros: ***

____ Maria de Lurdes de Bessa Sousa no qual solicita a suspensão do seu mandato, por motivos profissionais pelo período de 5 dias. ***

____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto Cátia Cristina Rodrigues Gomes; ***

____ José António Silva Rocha no qual solicita a suspensão do seu mandato, por motivos profissionais pelo período de 30 dias. ***

____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto João Vitorino Martins Almeida Moreira; ***

____ Gina Maria Moreira no qual solicita a suspensão do seu mandato, por motivos profissionais pelo período de 5 dias. ***

____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto Manuel da Silva Moreira. ***

____ PERÍODO DA ORDEM DO DIA***

____ 1. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 30.12.2009. ***

____ Presente a acta da sessão ordinária de 30.12.2009. de que foi previamente distribuído exemplar a todos os membros da Assembleia Municipal. ***

____ Presente à Mesa uma proposta de alteração à acta do Membro Dr. Gouveia Coelho que o Senhor Presidente da Mesa passou a ler e que se

transcreve na íntegra: “*Por ser ininteligível ou de difícil compreensão (além de conter deficiências na pontuação e outras regras gramaticais) o que se encontra escrito na acta a fls. 13, com início na terceira linha após o ponto final, até ao fim do primeiro parágrafo da fls. 13v. (antes do parágrafo que começa por “o Presidente da Assembleia”), proponho que o texto seja resumido ao seguinte: (...) “Relativamente ao ponto da agenda em discussão sugeriu e disse: que a dita Comissão de Acompanhamento do Saneamento Básico integrasse também um membro a indicar pela ADEP, como associação ambientalista, que a indicação de um membro de cada partido com assento na AM é um critério questionável (pois, além do mais, só há um elemento do CDS); que, no mandato anterior, a inclusão de membros desta AM na mesma Comissão teve como resultado o afastamento da questão do saneamento básico da apreciação e intervenção desta AM; que o saneamento básico é uma questão crucial, entre as de maior importância a par da questão do endividamento; que o assunto é demasiado grave para que se deixe passivamente as soluções nas mãos da sociedade anónima Águas Douro Paiva, S.A., que tem competências e finalidades próprias e que podem até conflituar com as funções e competências desta AM, o que não é compatível com a simples tomada de conhecimento das soluções da autoria daquela empresa; o Regimento da AM prevê a criação de Grupos de Trabalho e não propriamente a inclusão de membros desta AM em comissões com órgãos executivos ou outras entidades, cujas decisões ou soluções estão sujeitos ao controlo e fiscalização por parte da AM; por isso, proponho que os elementos a designar pela AM para a dita Comissão de Saneamento funcionem, sem prejuízo da participação na Comissão, como Grupo de Trabalho desta AM tendo por objecto a recolha de informações e propostas sobre toda a problemática do saneamento, para que esta Assembleia exerça as suas competências sobre a matéria.” ****

____ O Senhor Presidente referiu que isto era um ponto novo, que era a alteração de tudo aquilo que foi dito e que tinha que colocar à consideração da Assembleia esta questão. ***

____ O Senhor Presidente da Mesa continuou a leitura da alteração

proposta: “*Também não é exacto que no verso da fls. 16 se tenha incluído a minha intervenção e a do Rocha Pereira, como se fossem intervenções no período destinado ao público, pois não houve intervenções do público e aquelas declarações foram de membros da Assembleia antes de ser dada a palavra ao público. Propõe-se a rectificação, por forma a ficar a constar isso mesmo, ou seja, que antes do período destinado à intervenção do público usaram ainda da palavra....*”. ***

____ O Senhor Presidente da Mesa referiu que não se vê inconveniente, em que as intervenções dos referidos membros no Período destinado à Intervenção do Público, sejam retiradas deste Período e colocadas a seguir ao ponto anterior. ***

____ Interveio o Membro Prof. Daniel Rocha que referiu que antes de mais nada queria realçar o trabalho de quem faz a acta. Sabemos a dificuldade que há, pois muitas vezes não trazemos as intervenções preparadas e depois redigir aquilo que se diz para uma leitura simples e correcta mesmo gramaticalmente não é fácil. Quanto à sugestão do Dr. Gouveia Coelho, o primeiro ponto, sintetizar por outras palavras não vejo qualquer inconveniente. Quanto à segunda parte “Retirar da Intervenção do Público”, se queremos cumprir o Regimento, temos que retirar essas intervenções. A minha pergunta é, se queremos retirá-las do final onde é que as vamos colocar? Elas foram feitas de facto quando era a intervenção do público, e não têm relação com o ponto anterior. Não as podemos colocar a seguir a um ponto onde elas não estão relacionadas, ou em qualquer sítio. ***

____ Usou da palavra o Membro Senhor Alfredo Gonçalves que referiu que nas folhas 15 no segundo parágrafo, onde se lê que usou da palavra o membro Dr. José António Rocha, deverá ser rectificado por não ter sido aquele membro que usou da palavra, mas sim o interveniente. ***

____ Usou da palavra o Dr. Rocha Pereira para referir que nas folhas sete verso na quarta linha quando se refere “o princípio da naturalidade” quis dizer “o princípio da neutralidade”. Em relação ao que foi aqui dito pelo Dr. Gouveia Coelho, concordo com a intervenção do Prof. Daniel, o importante é que se traduza na acta o espírito das intervenções quanto à questão do saneamento, e quanto à questão das intervenções feitas por

ambos, para mim é completamente indiferente, e como de facto foram feitas devem constar da acta, se é no meio no princípio ou no fim é irrelevante. ***

— Usou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para indicar algumas alterações concretamente relativamente a uma intervenção feita por si onde se lê “avalizada” de ler-se “balizada”, mas como há mais rectificações que deveriam ser feitas, indicará posteriormente ao Senhor Presidente da Assembleia. ***

— Usou da palavra o membro Dr. Gouveia Coelho que começou por referir que a proposta apresentada ia no sentido de substituir uma página e meia a partir de folhas 13 e 13 verso, referente à sua intervenção. Não percebo o que está escrito, tenho dificuldade de entender, sei o que disse, sei o que quis dizer, estará gravado. Como muito bem disse o Prof. Daniel e o Dr. Rocha Pereira o importante é o sentido. Tenho a certeza que quis dizer isso e tenho a certeza no que disse está lá isso era só a minha intervenção que agora resumi que é muito mais simples, tem pontuação mais acessível e não tem erros gramaticais. Não faz sentido que não se aceite a correcção. Quanto à questão na intervenção na Ordem do PÚblico ou não, nós temos que ser pela verdade, o que aconteceu foi que excepcionalmente, finda a Ordem de trabalhos eu solicitei a palavra para fazer uma sugestão natalícia. A seguir o Dr. Rocha Pereira, acabou por usar do mesmo expediente e fez também a sua intervenção. Por isso no Período Destinado à Intervenção do PÚblico, envergonha-me e custa-me que os membros da Assembleia possam intervir como público, que está aqui inclusivamente para nos criticar, sou contra essa situação, não é uma questão meramente formal, é um entendimento que eu tenho, não era a primeira vez que isto sucedia, que um membro da Assembleia fosse lá para trás para o público, eu entendo que é uma cena de evitar, nós somos membros da Assembleia quando for para a ordem do público, é para o público dizer o que bem entender, e teremos nós também o direito de eventual resposta. A minha proposta que a mesa não leu, ia no sentido de com estas sugestões todas, e porque haveria alterações com alguma substância, no meu caso é de resumo, sugeria que a acta fosse reelaborada e viesse à próxima Assembleia, para termos a acta

definitiva para votar. Se a minha primeira proposta de resumo, do meu pensamento não for de aceitar como se apressou a dizer o Presidente da Mesa antes de pôr à consideração do plenário, eu então requeiro que copiem o que está escrito, e passa esta proposta para a acta desta sessão que é nela que me revejo. ***

____ O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que a parte de intervenção dos membros Dr. Gouveia Coelho e Dr. Rocha Pereira no Período de Intervenção do público passava para a parte destinada aos Membros da Assembleia. Quanto à proposta do Dr. Gouveia Coelho estaria em contradição com a proposta do membro Senhor Alfredo Gonçalves. O membro Dr. Gouveia Coelho propôs a inclusão da ADEP e o membro Senhor Alfredo Gonçalves propôs a inclusão de todas as Associações Ambientalistas do Concelho. A proposta do membro Dr. Gouveia Coelho estava elaborada de moldes diferentes, daquilo que disse na última sessão da Assembleia Municipal, o que estava escrito era a transcrição textual da gravação. Aceitou que as propostas fossem presente à próxima sessão da Assembleia para as colocar à votação. ***

____ Interveio o Dr. João Campos para referir que a acta é uma síntese do que se passou na Assembleia, e que o membro Dr. Gouveia Coelho disse o mesmo agora do que tinha dito na sessão anterior e que a proposta que apresentou é de mais fácil entendimento, subscrevia a este propósito que a acta transitasse para a próxima sessão. Porque esta acta bem ou mal foi apresentada, e louvava o esforço de quem a elaborou, e considerou que há mistura de discurso directo e indirecto que complica a leitura, se ela pudesse ser reformulada sem ser alterada na substância estariam todos de acordo. ***

____ O Senhor Presidente da Mesa esclareceu uma vez mais que a acta é feita com a transcrição das gravações. É um trabalho muito moroso, não temos nenhuma empresa, normalmente as grandes Assembleias contratam empresas que fazem estes serviços, nós não temos. Temos a funcionários que faz esse serviço, e procura transcrever o mais rigorosamente possível aquilo que se diz na Assembleia Municipal. ***

____ Usou da palavra o membro Dr. José António Rocha para referir que na Página 15, o Membro Sr. Alfredo Gonçalves já tinha feito a correcção quanto à intervenção, e não sendo este paragrafo a sua

intervenção, e uma vez que o sentido estava deturpado, faltava a sua intervenção em que disse que deveria apenas ser a ADEP a integrar esta Comissão por ter um estatuto de âmbito Regional, é única no Concelho, a estar uma Associação presente teria de ser a ADEP. Referiu-se a uma outra correcção na página oito, onde se lê “interviu o Prof. Daniel Rocha”, deverá ler-se “interveio”. ***

____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade não aprovar a referida acta, ficando adiada para a próxima sessão da Assembleia.***

3. ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO.***

____ Usou da palavra o membro Dr. João Campos que apresentou um Voto de Protesto e Reclamação sobre o IC 35: “Porque é em situações de objectivo e desigual tratamento, enquanto comunidade do interior; É contra decisões governamentais - quaisquer que sejam os governos - que acentuam diferenças e cavam o fosso entre o Portugal desenvolvido que é o litoral e o Portugal mais pobre do interior de que fazemos parte, que nós Grupo do Partido Socialista queremos fazer um voto de protesto nesta Assembleia Municipal. E fazemo-lo em sintonia com as Câmaras e outras Assembleias Municipais que já tiveram oportunidade de o manifestar e se assim o entenderem que este voto de protesto e ou recomendação siga para o Governo e para o Engº. Sócrates. Primeiro porque o Governo, por despacho ministerial conjunto e de indiscutível oportunidade e justiça, dos senhores Ministros das Finanças e das obras Públicas, ordenou em Agosto de 2009 às Estradas de Portugal que preparasse e promovesse o lançamento da Concessão do Vouga, basicamente é o que nós normalmente falamos no IC 35. Que ligaria Penafiel-Castelo de Paiva e Arouca e outros municípios do sul, entre outros objectivos dizia-se naquele texto na altura para reduzir as assimetrias regionais, e a interioridade. Quando inesperadamente, os concelhos beneficiados dos quais nós fazímos parte, fomos surpreendidos sem grandes explicações, naturalmente fala-se da crise económica serão argumentos a aceitar, mas creio que sem grandes explicações que nos convençam dada a importância da obra, nós vimos uma obra estrutural e fundamental ser suspensa. Quaisquer que sejam os governos que o façam, ou os Governos que ao longo dos anos sucessivamente nos

prometeram estas obras o que é facto é que ficamos sem ela aparentemente para já. Como membros da Assembleia, e nós do Partido Socialista assumimo-lo representamos e somos parte integrante destas populações creio que o PSD e o CDS, que está aqui ao nosso lado neste aspecto, não conseguimos entender isto que parece uma machadada na nossa esperança. São situações que convinha que a assembleia discutisse e eu proponho que a Mesa apresente a todos os membros para que nos possamos pronunciar, e eventualmente se acedermos a subscrever este voto de protesto que seja enviado ao Governo, porque acho que isto é a verdadeira política, é trabalhar em prol do nosso concelho e dos nossos cidadãos.” ***

_____ O Senhor Presidente da Mesa referindo-se a este assunto do IC 35 soube que o Senhor Presidente da Câmara teve reuniões ao mais alto nível sobre esta questão e solicitou que esclarecesse a Assembleia Municipal, para que a mesma pudesse decidir sobre a aprovação do voto de protesto.***

_____ O Senhor Presidente esclareceu: “ Sobre este assunto fomos todos apanhados de surpresa quando o Senhor Ministro das Finanças pronunciou numa entrevista à RTP que não avançaria nenhuma obra em que não estivesse já lançado o concurso. Quando ouvimos aquilo ficámos surpreendidos e apreensivos, de imediato estabelecemos contactos com os responsáveis e a indicação que existiu foi que esta concessão do Baixo Vouga foi suspensa. No entanto os Municípios da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e do Sousa, e também os oito Municípios que estão abrangidos por este eixo rodoviário, Vale de Cambra, Arouca, Castelo de Paiva, Oliveira de Azeméis, Penafiel, Santa Maria da Feira São João da Madeira, Sever de Vouga, todos fizemos uma exposição ao Senhor Ministro das Finanças para obtermos esclarecimentos, mas de antemão já sabemos que esta situação se inclui naquilo que definiu que não iria avançar, mas não nos conformamos e vamo-nos debater para que este importante eixo rodoviário avance porque é fundamental não só para o concelho de Castelo de Paiva como para a região e sobretudo este eixo que vai de Entre-os-Rios a Penafiel não é uma estrada, é uma rua com semáforos, com casas, e com tráfego infernal, que nos coloca a uma distância em termos de tempo, de uma região que fica a meia dúzia de

quilómetros, e quando sabemos que temos um hospital de referencia que é o do Vale do Sousa, isto é um rude golpe naquilo que eram os nossos anseios e as nossas aspirações. Sei de antemão que este era um anseio de muitos anos, outros governantes também já disseram que avançaria com outra configuração, mas o que é certo é que continua-se a adiar, e foi uma desilusão muito grande quando tivemos um anúncio do próprio ministro em Castelo de Paiva aquando da visita à Zona Industrial das Lavagueiras, deu conhecimento público que por despacho a concessão do Vouga iria avançar. Infelizmente as coisas mudaram de rumo sabemos que o País, a Europa, e o Mundo atravessam um momento difícil, mas para nós é importante e fundamental este eixo rodoviário. Eu não me conformo que quando nos deslocamos para o litoral, não sabemos por qual auto-estrada é que vamos, e quando nós continuamos aqui votados ao esquecimento não tendo ainda um eixo que nos permita rapidamente deslocar para os grandes eixos rodoviários que temos no país. Acho muito bem que a Assembleia Municipal e a Câmara tomemos uma posição de força, por forma a que seja concedido este projecto. Aproveito para informar que já há bastante tempo solicitamos uma audiência ao Senhor Secretário das Obras públicas e ainda não fomos recebidos, entretanto aos responsáveis das Estradas de Portugal demos conta da necessidade do avanço desta obra, mas sabemos de antemão que eles não decidem.” O Senhor Presidente da Mesa leu de seguida o Voto de Protesto e Reclamação apresentado pelo Dr. João Campos em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista: “ *É em situações de objectivo e desigual tratamento, enquanto comunidade do interior; É contra decisões governamentais - quaisquer que sejam os governos - que acentuam diferenças e cavam o fosso entre o Portugal desenvolvido que é o litoral e o Portugal mais pobre do interior de que fazemos parte, que queremos propor um voto de protesto nesta Assembleia Municipal, em sintonia com as Câmaras e Assembleias Municipais que esperavam o lançamento do IC 35 e remetê-lo ao senhor Primeiro Ministro, Eng.º José Sócrates. a) O Governo, por despacho conjunto e de indiscutível oportunidade e justiça, dos senhores Ministros das Finanças e das obras Públicas, ordena à EP - Estradas de Portugal - em Agosto de 2009 que "prepare e promova o lançamento da Concessão do Vouga", que ligará Penafiel-Castelo de PaivaArouca e outros municípios a*

*sul para, entre outros objectivos "reduzir as assimetrias regionais, a interioridade e o isolamento"; b) Quando inesperadamente os concelhos beneficiados pelo referido despacho são riscados, sem grandes explicações, do caminho do progresso, do desenvolvimento e da solidariedade esperada, queremos reclamar a realização da obra, de resto com estudos adiantados, em nome da justiça e da igualdade de tratamento; c) Representamos e somos parte integrante destas populações que, por muito sofrer com o esquecimento do Poder Central, não entendem esta machadada na esperança. Assim, requeremos a v/ Ex.a se digne propor à consideração e votação desta Assembleia Municipal o teor deste documento." ****

____ O Senhor Presidente da Mesa colocou à votação este Voto de Protesto e Reclamação que será remetido ao Senhor Primeiro Ministro, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade. ***

____ Usou da Palavra o Membro Dr. Rocha Pereira: "Esta intervenção visa colocar três questões ao Senhor Presidente da Câmara. Estava convencido que na última Assembleia, não obstante nós termos acesso a algumas informações, que V. Ex^a. iria pessoalmente apresentar à assembleia a estrutura da Câmara. Estou a referir-me aos Pelouros. Os Pelouros funcionam para uma Câmara Municipal, como os Ministérios para um Governo. Portanto eu questionava, quais são efectivamente os pelouros que V.Ex^a. constituiu. Só isso nos permite fazer um estudo comparativo entre a forma orgânica que foi definida por este Executivo, comparativamente com o anterior. Foram criados pelouros novos? Sim? Quais? Porquê? Foram extintos outros pelouros? Porque razão? Esta questão parece-me importante, porque é a partir da estrutura que a Câmara cria, que nós podemos questionar, até para sabermos a que Vereador nos devemos dirigir, e também agradecia que informasse quais os pelouros que foram reservados para V.Ex^a.? A segunda questão tem a ver com os colaboradores, é do conhecimento público que temos um Presidente da Câmara e dois Vereadores em regime de permanência. Eu questionava quem são os Secretários, os Assessores de V.Ex^a. e dos Vereadores? Se tem chefe de gabinete? E quais foram os requisitos que presidiram à escolha deste Staf político. E mais ainda se foram questões de requisitos de

natureza pessoal, politica, técnica,? Quais? E ainda nesta matéria se a equipa que suporta o Executivo está ou não completa? Terceira e última questão tem a ver com o plano e o orçamento para 2010. Como foi dito oportunamente e a assembleia não levantou qualquer objecção, esses documentos serão apresentados oportunamente. Todos sabemos que efectivamente o Executivo não tem suporte maioritário nesta Assembleia Municipal. A minha questão é simples, Se é que V. Ex^a. já tem neste momento ideia definida quanto à forma de tratar a questão. Vai seguir o exemplo do Primeiro Ministro no sentido de previamente dialogar com a oposição ou oposições? Vai dialogar apenas com os Presidentes das Juntas de Freguesia? Ou vai, permita-me a expressão, fazer uma pesca à linha no sentido de privilegiar este ou aquele deputado, este ou aquele Grupo ou subgrupo, no sentido de assegurar a aprovação dos documentos? Ou se pelo contrário de forma declarada e assumida vai apresentar o seu Plano e Orçamento? ***

De seguida interveio o Membro Sr. João Vitorino: “Em Oliveira do Arda existe, há alguns anos os nomes de rua. Eu gostava saber quando serão colocados os números de polícia? Na Avenida Jean Tyssen e na Avenida do Cruzeiro tem lá uns pequenos remendos que a Câmara Municipal tem efectuado, só que aquilo são lombas bastante perigosas, quando serão reparadas? Trazia aqui um apontamento respeitante à limpeza das bermas no Cruzeiro em Serradelo, no entanto essa limpeza já foi efectuada, o que agradeço.” ***

De seguida interveio o Dr. Gouveia Coelho: “Gostaria de saudar o público presente. Hoje está mais público do que é costume, e eu queria sublinhar esse facto, e observar que pode isto dever-se ao facto de esta sessão não ser em horas tão matutinas ou clandestinas, embora ainda não seja aquilo que está no Regimento, que as assembleias tenham lugar de tarde, mas também realizadas em horário pós-laboral quando os assuntos não forem demasiado pesados. Sejam bem-vindos e a vossa presença é para nós também motivadora, e pode também exigir até maior eficácia no papel desta Assembleia. Para que isto não se transforme em monólogos, eu ia só fazer aqui uma observação ao que disse o orador que me antecedeu, Dr. Rocha Pereira, e dizer-lhe que não subscreveria essa sua questão da elaboração do Plano e

Orçamento negociado e conversado com a oposição, por comparação com o Governo da República, porque parece que há uma diferença assinalável. É que o Governo da República é feito neste caso pelo Partido que venceu as eleições e que está em minoria, e a oposição está na assembleia. No caso das Autarquias por enquanto o Executivo tem lá a pluralidade das forças políticas que angariaram votos para lá terem assento, o partido maioritário quer as outras forças políticas que tenham tido votos suficientes para lá estar. Portanto a esta Assembleia o Orçamento e o Plano que chegar será do Executivo e não do Presidente da Câmara ou da força maioritária. O Executivo é o conjunto do Presidente e de todos os Vereadores e não apenas de quem ganhou as eleições. Quanto à questão dos gabinetes e dos colaboradores, é uma curiosidade razoável, mas como é óbvio será da confiança política do próprio executivo. Mas aquela intervenção que me fez inscrever, é a que agora vou expor: Começo por dizer aqui que a anterior sessão desta Assembleia Municipal ocorreu no período natalício e também por isso foi por mim qualificada como "sessão zero", sem "ambiente" ou dinâmica para assuntos ou temas como os que aqui vou aflorar. São temas ou algumas questões que eu sugiro que passem a ser preocupação da Assembleia que aqui possamos trazer novos contributos e eventualmente tirar conclusões e até deliberações sobre elas. A primeira é uma questão política e que eu intitulo assim: O escândalo da reforma de Paulo Teixeira. Paulo Teixeira, como Presidente da Câmara Municipal por 12 anos, conduziu o Município à situação degradante que se conhece. Perdeu as eleições por justa causa e continua como vereador. Apesar de tão jovem, pediu a aposentação e foi engrossar o rol dos reformados. A reforma é bem mais que o salário de dois meses de trabalho de muitos Paivenses. Um prémio, apesar das malfeitorias que por cá fez. Paulo Teixeira não se coibiu de recorrer a uma lei iníqua e repudiável entretanto revogada. Um escândalo que envergonha e desacredita a política e os políticos. E sobre este assunto e por ora nada mais digo: Outra Questão o congresso da ANAFRE. O Sr. Presidente da República Cavaco Silva desafiou os congressistas a redimensionar as Freguesias. Como já referi várias vezes, o nosso Município pela sua dimensão e população não justificaria mais

que o Governo ou a Administração duma Freguesia, geograficamente mal configurada. Dada a dispersão populacional bem poderiam as Freguesias do nosso Município reduzir-se a três ou quatro. Deixo aqui a utopia e sobretudo as vantagens dessa revolução à vossa reflexão e à minha obviamente. Por ora nada mais direi sobre isto, mas o que isto poderia implicar em termos de economia de recursos e de eficácia dos serviços, seria coisa que nos orgulharia. A mim orgulharia de poder ajudar nos poucos dias que me restam para continuar por aqui. Outra questão, o Presente e o Futuro da vinha e do vinho de Castelo de Paiva. É imperioso que não passe ao lado dos autarcas paivenses, Freguesias, Assembleia Municipal, Câmara Municipal, a grave situação em que se encontram a Adega Cooperativa e a Cooperativa Agrícola, em função de iniciativas que acudam à agonia dos viticultores, do sector agrícola e florestal, da nossa terra. A Atenção dos autarcas à situação em que se encontram estas duas Cooperativas, e não só mas particularmente estas duas, que nasceram e existem ou deviam existir em função da agricultura, não nos pode passar ao lado, isto equacionado ou em função com a situação difícil que eu aqui chamei de agonia, dos viticultores, agricultores da nossa terra, da nossa agricultura, do nosso vinho e da nossa vinha, do sector Agrícola e da floresta, um sector de actividade que tem de nos merecer toda a atenção. ***

____ O Senhor Presidente da Mesa interrompeu o discurso, e solicitou que o Membro Dr. Gouveia Coelho abreviasse a sua intervenção. ***

____ O Membro Dr. Gouveia Coelho respondeu que ia fazer uma intervenção um pouco longa, e que nos termos do Regimento poderia usar o tempo do Grupo Parlamentar, mas se fosse impedido de falar voltaria outra vez. ***

____ O Presidente da Mesa respondeu que não o estava a impedir de falar, mas que já tinha ultrapassado o seu tempo e que havia mais elementos inscritos para intervirem. E que se o Grupo Parlamentar abdicasse do seu tempo de intervenção teriam de ter avisado no inicio. E que o seu tempo de 10 minutos tinha esgotado. Como entretanto o Grupo do Partido Socialista abdicou do seu tempo de intervenção, foi-lhe concedido mais alguns minutos para terminar. ***

____ O Membro Dr. Gouveia retomou a sua intervenção: "Deveriam ler e aplicar o Regimento, pertence à bancada do PS gerir o seu tempo, quem pode reclamar é a minha bancada, não está em Regimento nenhum que tem de se dizer no inicio. ***

____ Interrompeu o Senhor Presidente da Mesa, para chamar à atenção do membro Dr. Gouveia Coelho, solicitando-lhe mais uma vez que fosse breve, sintético, que dissesse o que tinha a dizer no seu tempo limitado porque tinha de haver ordem na Assembleia. ***

____ O Membro Dr. Gouveia Coelho retomou a sua intervenção: "Agora deveria começar outra vez este ponto. Porque quebrar o raciocínio e a exposição não é justo e razoável e sim viola o Regimento. Sobre esta temática esta preocupação tem de ser feita em função deste sector da nossa actividade económica. Isto não se resolve com feiras ou feirinhas, com "mostras" que repetem o já visto e é muito confrangedor até. Outra Questão: Que é mais extensa, se me deixarem concluir eu transferirei para outro ponto da ordem de trabalhos: Tem o seguinte tema: A justa indignação de Paivenses na tomada de posse da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, após as eleições de Outubro 2009: Teve enorme significado a afluência e o entusiasmo de grande número de Paivenses aos actos de posse. Não podemos ficar indiferentes a essa afluência. Os sinais e as mensagens transmitidos, em sintonia com os resultados das urnas têm de ser correspondidos por nós, pelos empossados. Triunfou a proposta da MUDANÇA e esta é a nossa tarefa. Como bem disse e fundamentou João Campos na anterior sessão "VAMOS VOLTAR A COMEÇAR" - importa reler e cumprir. A multidão que acorreu a testemunhar a tomada de posse, aplaudiu, por vezes de modo frenético. Os empossados gostaram e sentiram-se honrados e porventura (boa parte) envaidecidos; Mas também houve manifestações de reprovação ou repúdio, descontados alguns impropérios e exageros, é espantoso que os visados (os mais altos responsáveis do PSD), tão disponíveis para a exaltação e o gáudio com os aplausos, tenham dada largas à sua ira com comentários menos próprios e até ofensivos dos autores daquelas formas de expressão de sentido contrário. Os visados (alguns dos derrotados do PSD), arvorando-se em virgens ofendidas, referiram-se aos descontentamentos manifestados

apodando os Paivenses revoltosos de "medievais", de "terceiro-mundistas", de "arruaceiros", de "má-criação".... Em que ficamos? - aplausos, sim senhor, pois então, é obrigação do Povo para os senhores do Poder! apupos, assobios, juízos negativos, nem pensar!, são uns ingratos e malcriados! ... ***

____ Interrompeu o Senhor Presidente da Mesa que pediu que fosse breve na sua intervenção. ***

____ Interveio o Membro Dr. Daniel Rocha para referir que o Regimento no período de antes da ordem do dia tem 60 minutos que já tinham sido largamente ultrapassados. ***

____ O Presidente da Mesa solicitou mais uma vez ao membro Dr. Gouveia Coelho que fosse o mais rápido possível a terminar a sua intervenção, para se poder passar ao ponto seguinte, porque senão seria obrigado a cumprir o regimento, uma vez que já tinha sido ultrapassado o tempo estipulado para o período de antes da ordem do dia. Mais uma vez solicitou que rapidamente terminasse a sua intervenção. ***

____ O Membro Dr. Gouveia Coelho retomou a sua intervenção dizendo: "Pedia à Mesa que lesse e decorasse a norma do Regimento que diz quando é que pode ou não intervir ou interromper um orador. Leia o que lá está. ***

____ O Senhor Presidente da mesa interrompeu para lhe pedir que terminasse a sua intervenção porque tinha esgotado o seu tempo. ***

____ O Membro Dr. Gouveia Coelho prosseguiu dizendo: "Com toda a educação e tranquilidade vou ler a norma do artigo 20 alínea 1 do Regimento. *Competências e Deveres do Presidente. Ter imparcialidade e isenção, não podendo manifestar a sua opinião ou interferir no conteúdo das intervenções, salvo para chamar a atenção em caso de uso de expressões ou juízos ofensivos.*" ***

____ Interrompeu o Presidente da Mesa para questionar a bancada do Partido Socialista se tinha emitido alguma opinião aos discursos proferidos pelos Membros. Referiu que o Dr. Gouveia Coelho apenas queria alimentar uma polémica com o Presidente da Mesa. Solicitou outra vez que fosse rápido e terminasse a sua intervenção uma vez que já tinha esgotado todo o tempo pertença da bancada do Partido Socialista. Esgotados os 60 minutos só a Assembleia poderia prolongar este tempo

através de votação. Pediu que fosse o mais sucinto possível e que terminasse a sua intervenção. ***

____ O Membro Dr. Gouveia Coelho disse: “ Não posso continuar enquanto não se calarem. Só faltava descontarem no meu tempo de intervenção, o que estão para aí a dizer e mais as interrupções. Já gastaram mais tempo do que eu a falar.” ***

____ O Presidente da Mesa interrompeu para dizer que iria cumprir o Regimento de 60 minutos, e que depois colocaria à discussão da Assembleia, e que daria 5 minutos de desconto para a discussão. Deu novamente a palavra ao Dr. Gouveia Coelho. ***

____ O Membro Dr. Gouveia Coelho continuou: “Eu quero dizer o seguinte: Não é uma ameaça é uma informação. Ou me deixam acabar este ponto, ou vou metê-lo numa Assembleia nem que seja extraordinária que eu agendo, e vou dizê-lo até ao fim. Digo fora de prazo, mas digo. Garanto-vos que já tinha acabado. Falta-me uma página A4 e um bocadinho de outra. Se me deixam acabar, eu acabo, senão me deixam acabar eu começo o tema do início numa próxima Assembleia. Estava eu no tema da justa indignação de paivenses na tomada de posse da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal após as eleições de Outubro de 2009. E tinha-me referido à multidão presente, aos aplausos que foram muito bem-vindos e acolhidos, e aos protestos que pelos vistos caíram mal e já foram repudiados. Isto é uma questão política que merece a nossa reflexão, e agora digo o seguinte. Levanto aqui a minha voz em defesa desses descontentes, são também nossos eleitores, em vez dos vitupérios de Paulo Teixeira, Lopes de Almeida e outros acólitos, proponho que se debrucem sobre os porquês da indignação; quais as razões subjacentes aos fortes e espontâneos repúdios e juízos de condenação? Avanço duas ou três ordens de Ideias. Primeiro sangravam ainda algumas feridas de desconsiderações, de maus-tratos, de nepotismo, de ofensas, de discriminações praticadas por altos responsáveis do PSD no seu consulado de 12 anos à frente da gestão do Município; ora, não são de estranhar protestos e queixas por parte dos ofendidos; - esta é uma reflexão que se impõe a nós, eleitos, para o novo rumo, para a MUDANÇA que os Paivenses escolheram e querem ver realizada; Para que os novos eleitos não repitam porque senão

podem ter novos apupos e assobios e é muito bem feito. Segundo. Lopes de Almeida não devia ter continuado a presidir à sessão do empossamento depois de terminada a posse e muito menos devia ter encerrado com um discurso essa sessão de trabalhos, invocando falsamente a qualidade de Presidente da Assembleia Municipal que não era seguramente, não tinha sido eleito para isso. Terceira nota: O patético discurso de Paulo Teixeira, que lá foi declamado, temos todos no ouvido, se assim fosse, isto é, se não tivesse mentido, os eleitores é que se tinham enganado ao despedi-lo por justa causa, e mais não digo, mas envergonha Castelo de Paiva uma posse com aquele discurso. Quarta e última razão. Mas outra razão forte e mais próxima foi seguramente a violação por parte do PSD da vontade dos eleitores ao darem uma larga maioria à lista apresentada pelo PS para a Assembleia Municipal *e cuja* primeira figura era João Campos; os presidentes de Junta de Freguesia do PSD (incluindo os que hipocritamente se diziam independentes e acabavam de mudar de camisola) violaram a vontade dos eleitores (*que* também são das suas freguesias!) ao usarem aqui, na Assembleia Municipal, os seus votos para a Assembleia de Freguesia, por forma a impedir que a Mesa da Assembleia Municipal fosse presidida ou sequer integrasse algum membro da Lista do PS, que obtivera uma larga maioria nas urnas; foi prestado um mau serviço à democracia; foram falaciosas e até mentirosas as invocações de que tal resultava da Lei; nada mais falso, a Lei não impedia nem impede que fosse respeitado o sentir dos eleitores; e o mais revoltante é que o PSD, incluindo os votos dos seus presidentes de Junta de Freguesia, fez a pior escolha possível para presidir à Mesa; Pois sabiam e sabem, tal como os eleitores discordantes, que Lopes de Almeida, além do famoso atestado que lhe reconheceu uma invalidez ou incapacidade de 87,5% para benefícios fiscais (e em conexão com este atestado perseguiu judicialmente o membro da Assembleia Municipal e militante do PS, José António Rocha, que o Tribunal absolveu), esse mereceu a escolha do PSD Lopes de Almeida, já deu sobejas provas da sua incompetência para dirigir os trabalhos desta Assembleia Municipal (vejam-se as actas de sessões e agora acrescento o que se passou já hoje aqui) e, para

cúmulo, esse eleito do PSD aqui na Mesa da Assembleia, no mandato anterior, cometeu o crime de, no exercício das funções, chamar repetidamente "PORCO" ao líder da oposição, Gonçalo Rocha, exactamente o actual presidente da CM, correndo o processo crime em que Lopes de Almeida é arguido. Admiram-se dos insultos dos protestos e da indignação? Mas havia (e há) mais: em plena campanha eleitoral, Lopes de Almeida sobre esse episódio (do Porco) não deu sinais de qualquer arrependimento e foi ao ponto de garantir que, se voltasse ao assunto relacionado com os seus filhos, que nos seus mandatos (de Lopes de Almeida) se tornaram funcionários municipais, "mordia", "virava gato", o que configura ameaças de coação ou até agressão absolutamente intoleráveis; o mesmo Lopes de Almeida durante a campanha eleitoral denegriu a imagem de membros da AM, que não estavam presentes para se defender, incluindo-me nos visados, e já depois de reeleito voltou a censurar publicamente membros da AM... por isso foi a pior escolha; Meus caros amigos do PSD, cabe perguntar aos eleitos do PSD nesta AM se se revêem em tais comportamentos e por que não se demarcaram ou pediram desculpa aos ofendidos até hoje; perceberam por que se revoltaram aqui tantos Paivenses aquando da eleição da Mesa? Não se envergonham do Presidente eleito, Lopes de Almeida, ter zarpado daqui, onde foi eleito, por portas travessas escoltado por João Campos? Algum presidente de Junta de Freguesia do PSD pode justificar em consciênciia que, na eleição da Mesa, colocou o interesse da sua Freguesia ou do Município à frente da sua partidarite? Porque foi praticada tal hostilidade à maioria vencedora? Termino, a solução para esta hostilidade e para a representação digna da Assembleia Municipal junto dos eleitores deve ser encontrada. Senhor Presidente da Câmara, há rostos nesta Assembleia, que os Paivenses escolheram com gosto e com grande aplauso, que estarão disponíveis para aparecer onde e quando entender junto de cerimónias públicas para sentir mais confortado com representantes eleitos para a Assembleia Municipal porque tenho a certeza que a Lei hipócrita, ou não se pode sentir minimamente confortável por um membro desta Assembleia contra o qual corre um processo crime, por um

crime tão vergonhoso que ninguém do PSD ainda pediu desculpas públicas, (chamar porco ao líder da oposição, se fosse ao contrário tenho a certeza que eu também estava aqui a dizer o mesmo). Quando quiser rostos que se orgulhem de pertencerem a esta Assembleia Municipal, eu pelo tempo que aqui estiver conte comigo, e tenho a certeza que tem aqui rostos nesta Assembleia Municipal, (eventualmente também fora das listas do Partido Socialista), que agradarão aos eleitores vê-los por aí ao seu lado em representação condigna da Assembleia. E a solução do problema continua nas mãos do PSD, que nada é definitivo, a mesa do PSD, que não é a mesa da Assembleia, que está a presidir aos trabalhos, pode muito bem ser removida, em nome da decência política, em nome do bom trabalho, em nome da eficácia, em nome do respeito que merecemos uns aos outros, e ao povo de Castelo de Paiva. Tendes na vossa mão o poder, e só vós o podeis fazer, de substituir a Mesa da Assembleia, tendes aqui muitos, mesmo na vossa bancada mais dignos e capazes de presidir à Assembleia.” ***

_____O Senhor Presidente da Mesa declarou que não me ofende quem quer mas quem pode. ***

_____Usou da palavra o Senhor Dr. Rocha Pereira, para defesa da honra. “Fiz a intervenção que fiz e levantei questões ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. Fiquei muito surpreendido por entretanto as questões que coloquei terem sido respondidas por um deputado Municipal. Não houve que eu saiba, substituição de Presidente da Câmara. A questão que foi referida com respeito ao Orçamento, Senhor Presidente é ou não verdade que V. Ex^a. falou publicamente que a situação do Município se encontrava em termos ruinosos? É ou não grave a situação? Houve ou não razão de fundo que levaram ao adiamento do Plano de Actividades e Orçamento a ser apresentado em tempo próprio. Eu quando fiz esta referência não foi por acaso. A situação é nas suas palavras, e penso que estamos de acordo, de tal ordem grave que se a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal, as Juntas de Freguesia, os executivos das Freguesias, por unanimidade, decidíssemos todos

no mesmo sentido nos próximos quatro anos porventura se calhar nem assim iríamos resolver os problemas que temos em mãos. Última questão, eu lamento profundamente algumas coisas que aqui foram ditas, misturou-se aquilo que é política, daquilo que é a intervenção pública das pessoas, com assuntos que o não são. Há que distinguir, nós que acreditamos todos e participamos ali ao lado no debate para a assembleia municipal, manifestamos um conjunto de propósitos, e eu peço desculpa, mas quando em Dezembro se apela ao bom senso, ao civismo, ao dar de mãos, ao esquecer o passado, e em Fevereiro se lhe acendem todas as chagas do passado, isso é hipocrisia, isso nem pensar. Hoje foram feitas afirmações, que eu sou da opinião que elas fossem discutidas num ponto específico para que de uma vez por todas o passado ficasse sanado. Agora andar às picardias hoje, daqui a dois meses, daqui a três meses, isso não se traduz em qualquer benefício para o concelho. E por isso lavro daqui o meu protesto. Porque eu disse uma coisa muito claramente na Assembleia. Não estou aqui aliado a nenhum autarca nem a nenhum Grupo Parlamentar. Mas acho que a decência que nós prometemos, nós candidatos, o respeito a tolerância têm que ser mais do que meras palavras vãs. Temos que as cumprir e levá-las à prática. E isto hoje, na minha opinião, não aconteceu nesta Assembleia. Estou profundamente desencantado. Não é assim que Castelo de Paiva vai para a frente.” ***

____ Usou da Palavra o membro Prof. Daniel Rocha, na defesa da honra: “Para dizer aquilo que nós desde a primeira Assembleia repetimos aqui não são palavras ocas. Nós sempre dissemos que estávamos disponíveis para discutir projectos, acções e aquilo que é importante para os municípios. Aquilo que o Sr. Dr. Gouveia Coelho acabou de fazer, e quem nele se deu também elaborou esse voto de protesto, só vem confirmar a nossa posição e cimentar a escolha que tivemos para a mesa da Assembleia porque nós continuamos crentes de que se a assembleia não funcionava que a fonte de crismação da Assembleia estava precisamente no teor do discurso que nós acabamos de ouvir. Só vem confirmar isso,

portanto dizia que estava na nossa mão alterar situações. Nós dizemos está na mão do Partido Socialista que as Assembleias corram bem, porque o Sr. Dr. Gouveia Coelho falou pouco nas últimas assembleias e elas correram bem. Se o deixarem falar menos e não lhe derem todo o tempo de antena, certamente que elas vão continuar a correr bem. Passou-me sinceramente, pela cabeça a vontade de abandonar esta sala e não mais voltar a esta assembleia porque esse discurso foi tão deselegante, violento que de facto não pode ter assento numa Assembleia Municipal. ***

— Usou da palavra na defesa da honra o Membro Senhor Manuel Mendes: “Eu vou resumir isto em poucas palavras que são as seguintes: Eu não me revejo na forma, acção, e linguagem do Dr. Gouveia Coelho, de fazer política. Isto foi a forma que ele arranjou para um caso político que irá durar, e dará muito tempo de antena a alguém. Portanto eu não me revejo e só lamento que dentro do Partido Socialista que tem bons elementos, haja elementos destes que provocam, provocam, provocam, e quando as pessoas que se sentem dizem-lhe alguma coisa, eles sentem-se tão ofendidos e vão sempre à carga. Não é assim que se faz política. Política faz-se através do diálogo justo, honesto, correcto. Não é assim inventando coisas. E mais, aquilo que disse o Dr. Rocha Pereira, eu recordo que já estava preparado para falar sobre isso, aquilo que o Dr. Gouveia Coelho disse na última Assembleia por causa da pacificação, dessas queixas e tudo mais. Está-se a ver que ele agora quer reacender tudo isso. Mais ninguém falou nisso nem falará. Vê-se que é um provocador. Não venham depois de lançar a provocação, dizer que são os outros. Não! São vocês. (desculpem incluir todos, não são todos incluídos, felizmente). Haja moderação e educação nesta casa. E na linguagem que haja um bocadinho de moderação, e saibam aquilo que dizem, porque senão na próxima assembleia vêm dizer que não foi aquilo que disseram, que o pensamento era outro. Mas aquilo que disseram foi isto, e as palavras rezam aquilo que é dito. E o que está dito, está dito. ***

____ Usou da palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura Senhor Alfredo Trindade. “Vou ver se consigo ser mais prático, mais directo, aos assuntos dos interesses dos paivenses. Isso é que importa porque muito sinceramente ouve-se aqui tanta coisa, e nada interessa aos paivenses. Eu gostaria de ser informado, e com certeza toda a Assembleia, sobre os vários casos que a Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura apresentou nestes últimos tempos à Câmara Municipal. Primeiro. - O porquê de não responderem a um ofício da Junta de Freguesia de 12 de Novembro de 2009. Convidava nesse ofício a Câmara Municipal para uma visita à Freguesia, para ver obras em curso, que se tinham iniciado e com certeza na possível realização das mesmas. Num outro ofício de 20 de Novembro de 2009, onde a Junta alerta para a situação de existir no Nó do Tapado, entre a Cruz da Carreira (rotunda) e Raiva um sinal no Tapado que nos conduz para uma Zona Industrial. Não existe Zona Industrial alguma. O que quero dizer com isto, é que tenho sido alertado por diversas vezes por pessoas que os camionistas e camiões de grande porte, entram para a Zona Industrial, e depois têm muitas dificuldades para transitar naquele bocado do Tapado à E.N. 222. Estrada apertada, curvas, têm muitas dificuldades. Eu tinha pedido para ver se era possível junto do EP, uma informação se poderiam retirar este sinal, ou tapá-lo. Isso não foi feito. Gostaria que me informassem se era possível ou não. Nesse mesmo ofício referia-me a uma colocação de uma conduta de água pública na Boca da Lapa na Carangosa. Alertei o Senhor Encarregado Alfredo e o Executivo da Câmara Municipal para esse efeito, porque isto tinha sido iniciado em fins de Setembro. Por avaria do compressor tivemos de parar a obra, foi feito 80% da rota junto ao muro de suporte ao acesso às quatro habitações, está lá ainda aberta essa rota, as águas estão a infiltrar-se, o muro provavelmente pode vir abaixo, e eu quero saber de quem é essa responsabilidade. Com o Senhor Vice Presidente fomos a Algar ao início do Caminho do Areal, o muro também estava lá abatido. O Senhor Vice-Presidente disse que ia tratar disso, mas até hoje ainda não. Mas o mais grave é que está um poço da parte de baixo, e as enxurradas infiltram-se nessa terra que já abateu e as coisas não estão

muito favoráveis. Foram alertados do muro que caiu no Lugar de Linhares, cortou praticamente 50% da estrada, também queria saber qual é o ponto dessa situação, porque daqui a algum tempo se calhar vamos mesmo ter a estrada cortada. Eu teria muito mais a apresentar mas fica para uma outra oportunidade.” ***

— Usou da palavra o Senhor António Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Bairros: “ São duas palavras muito breves e começo por dizer o seguinte: Faço parte desta Assembleia Municipal vai a caminho de 5 anos, tenho que dizer que nunca me senti bem dentro desta Assembleia. Ouvi com muito agrado as palavras do Dr. João Campos, no inicio deste mandato, “Vamos Começar de Novo”, no entanto o que eu ouvi aqui hoje, foi voltar ao passado, foi ouvir picardias, foi não querer aqui discutir os problemas do concelho de Castelo de Paiva que esses é que estão acima de tudo. Toda a vida se falou na campanha eleitoral, Castelo de Paiva está no fundo, é uma desgraça, e é uma miséria. Queremos aqui resolver problemas que são do interesse dos Paivenses, ou problemas do Governo ou da Assembleia do Governo que são as Leis? Até vamos aqui interferir com a justa reforma do Dr. Paulo Teixeira. Então se a lei o permite! Até aqui vai ser discutido isto! Faço um apelo à Assembleia, vamos discutir o futuro do nosso Concelho que é isso que interessa a todos os paivenses. Só uma palavra sobre a escolha do Presidente da Assembleia. Meu caro amigo, Dr. Gouveia Coelho tenho muita consideração por si, eu estou aqui, estou à vontade, estou de cabeça erguida, porque sempre assumi as minhas responsabilidades, e eu escolhi aqui, o que o povo escolheu em Bairros.” ***

— Usou da palavra o Membro Ilda Valente: “ A minha intervenção é dirigida ao Senhor Presidente da Câmara. Como utilizadora da estrada nacional 224 que liga Castelo de Paiva a Arouca. Está em péssimo estado, já tem mais buracos do que alcatrão: Pergunto ao Senhor Presidente se já houve alguma diligência no sentido da reparação da mesma, ou se está agendada alguma situação? Queria reforçar também aquilo que alguns colegas da Assembleia já disseram, acho que todos estamos aqui a dispor do nosso tempo profissional, para tentarmos recuperar e levar avante em prol do nosso Concelho que é Castelo de

Paiva. E agora pergunto. Que benefício traz o tipo de intervenção que foi aqui feita pelo Dr. Gouveia Coelho? Para mim sou mero “show off” deixo à consideração de todos aceitar isso ou não? ***

_____ O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões colocadas: “ Relativamente às questões que me foram colocadas e começo pelo membro do CDS-PP, Dr. Rocha Pereira, relativamente à questão dos pelouros depois por escrito dou-lhe toda a informação, aliás ela foi publicitada, mas posso-lhe dizer que tenho um dos pelouros mais difíceis para gerir nos próximos anos, que é a parte financeira da Câmara Municipal. De facto essa tem-me dado muitas dores de cabeça, que me faz pensar quais são os mecanismos e quais as formas que eu posso encontrar para solucionar este problema. Porque de facto os problemas são muitos. Temos um desequilíbrio brutal entre aquilo que é a receita corrente e a despesa corrente. Temos encargos para os próximos anos em termos de amortizações e de pagamentos à banca, compromissos assumidos, que segundo os cálculos de pessoas entendidas nessa matéria, que nos levam cerca de um milhão e meio de euros por ano, estamos a falar de trezentos mil contos. Quando temos uma receita de nove ou dez milhões de euros, falamos nas receitas correntes e de capital, por aqui se depreende como será o futuro da Câmara Municipal em termos financeiros. Sem termos uma aferição exacta e real da situação financeira desta casa, não conseguimos encontrar aquilo que é um plano de acção. E por isso é fundamental primeiro termos a conclusão da auditoria que está em curso, e depois junto do Secretário de Estado da Administração Local, e isto foi um compromisso assumido por ele, de procurarmos uma solução que naturalmente passará por reestruturar a dívida da Câmara Municipal. Não se esperam grandes e bons dias para as associações de Castelo de Paiva, para as Juntas de Freguesia, e para aqueles que esperam o apoio da Câmara Municipal em termos financeiros. Temos que ser realistas, e senão falarmos desta maneira estamos a mentir, estamos a chutar para a frente o problema, e isso com esta Câmara não vai acontecer. Nós temos de inverter o rumo, e o documento que nos foi presente pelos serviços desta Câmara Municipal a tempo e horas, de facto não tínhamos condições de o

aprovar. Por uma razão muito simples, era falso. Todos sabem que tem de haver equilíbrio entre a receita e a despesa. E nós temos um desequilíbrio de 20 milhões de euros. Eu não estive, nem os meus colegas estiveram disponíveis para inventar receitas, para falsificar documentos, para contrariar as orientações do próprio Tribunal de Contas. A Inspecção Geral de Finanças vai-nos entregar brevemente o seu relatório, e acreditem numa coisa, as conclusões também são drásticas, dramáticas, segundo as primeiras impressões que me foram transmitidas. Espero bem que as consequências desse relatório não venham ainda mais agravar a situação financeira deste município. Naturalmente estou preocupado com outras situações, e temos de olhar para o futuro. Também não temos parado. Nós ouvimos os Presidentes de Junta, nós estamos atentos aos seus problemas e sentimos na pele, das pessoas que aqui vêm todos os dias e sobretudo à terça-feira que fazemos atendimento ao público, ouvimos e sentimos os gravíssimos problemas que o concelho tem ao nível social. Há pessoas que têm dificuldades neste momento para se alimentarem. A situação de desemprego é impressionante. Mas nós não estamos aqui para baixar os braços. Estamos aqui preocupados em trabalhar por esta terra. Aquilo que assumimos vamos fazer de acordo com o que a Câmara puder fazer. Não vamos entrar em loucuras, em gastos diabólicos. Peço desculpa por fazer uma intervenção mais abrangente, porque é uma expressão racional mas também com emoção. Eu como paivense com 35 anos olho com muita preocupação em relação ao futuro. Nesta casa fizeram-se despesas diabólicas. E a seu tempo as pessoas vão saber disso. Fizeram-se coisas bem feitas, nem tudo foi mau, mas fizeram-se aqui despesas diabólicas. Quando eu dizia na outra Assembleia Municipal que tínhamos aqui uma dívida na ordem dos 200 mil euros, (40 mil contos) e temos juros para pagar de mais de 30 mil contos, isto é um cenário brutal. Isto é a ruína. Nós neste momento para apresentar um orçamento que fale verdade, ficamos sem fundos próprios, ficamos completamente descapitalizados. Se fossemos uma empresa tínhamos que ir para a falência. Não estamos a dizer isto por estarmos no poder e criticar o passado, é a realidade. As pessoas têm de ter presente esta realidade. Relativamente às questões

que colocou, e porque estão a trabalhar na Câmara todos os dias, sabe-se quem são as pessoas, quem apoia cada um dos gabinetes Acho sinceramente que é uma questão normal e natural, e que a estrutura que dá apoio a cada um dos que estão em permanência tem que ser escolhas que cada um faz. É uma questão normal e corrente. Aquilo que me preocupa é de facto o futuro desta casa e das pessoas que aqui trabalham diariamente, porque é preciso pagar os salários ao fim do mês, e honrar os compromissos daquilo que temos para pagar. Estamos a fazer um esforço significativo. Estamos a dar prioridade aos fornecedores desta terra, que têm postos de trabalho. Chegamos ao fim do mês e procuramos pagar-lhes, estamos a procurar canalizar todos os tipos de trabalho que precisamos para as pessoas que trabalhem nesta terra. Parece demagógico, não interessa, chamem-lhe o que quiserem. Mas isto potencia a economia da minha terra, e é isso que eu quero fazer, é ajudar os paivenses. Temos agora uma nova oportunidade de entrar numa candidatura, vamos fazer tudo por tudo para conseguir lá chegar, podemos não conseguir. Que é ter um espaço de acolhimento empresarial na Cruz da Carreira. Há uma candidatura disponível e a Câmara pode lá conseguir chegar, não é fácil, vamos trabalhar muito para o conseguir. Porque é de facto um grande objectivo. Se o conseguirmos, sinto-me mesmo muito realizado. Castelo de Paiva cria uma infra-estrutura importantíssima. Neste momento temos problemas de localização das empresas no nosso concelho. E temos de criar espaços com qualidade. Os espaços de acolhimento empresarial, são espaços com qualidade, organizados, e com regras. As Zonas Industriais como se vêem por aí, estão muitas delas desorganizadas, sem uma gestão colectiva do espaço, e com muitos problemas e mesmo especulação. Há empresas que vão à falência e pedem exorbitâncias pelas vendas dos pavilhões e terrenos. Estou preocupado com o presente, mas estou com os olhos postos no futuro. Estou empenhadíssimo juntamente com a equipa que diariamente entra aqui de manhã cedo e sai daqui noite dentro, todos os dias. O Senhor Vice-Presidente, o meu Vereador, a nossa Vereadora Dr. Judite Quintas, que tem uma agenda e um trabalho que toda a gente conhece, todos estamos empenhadíssimos em trabalhar

por esta terra. Relativamente à questão colocada pelo Membro Senhor João Vitorino sobre os números de polícia, e não tenho dúvidas que é de facto importantíssima a numeração das ruas, mas lá chegaremos. Relativamente à intervenção do Dr. Gouveia Coelho, não vou efectuar comentários, é uma intervenção legítima como qualquer outro membro desta Assembleia. Relativamente à intervenção do Sr, Alfredo Trindade Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura, efectivamente não fizemos uma visita à sua freguesia com um programa estabelecido. É verdade, tem razão, mas lá chegaremos, vamos à sua e vamos a todas. Temos muito gosto de andar na rua. Só queremos é ter tempo para isso. Tenho muito gosto em visitar a sua freguesia e resolver as questões que levantou e outras que possamos conseguir realizar. E daqui também endereço uma palavra aos trabalhadores desta casa, que todos os dias dão o seu melhor para conseguirem dar resposta às inúmeras solicitações que chegam à Câmara Municipal. Não é fácil resolvemos tudo. Mas temos tido também as condições climatéricas que têm sido adversas, Temos quedas de muro, e uma série de problemas que têm surgido, mas tentamos procurar acudir a todas as situações, e tenho de dar uma palavra de apreço ao Senhor Vice-Presidente que tem sido incansável nesse trabalho. Relativamente à preocupação que manifestou o membro desta Assembleia Ilda Valente, que alertou para a questão do péssimo estado da EN 224, iremos colocar esta questão junto das Estradas de Portugal, que estão convidados para vir a Castelo de Paiva, não só para discutir naturalmente essa questão como outras, sobretudo os compromissos que as Estradas de Portugal assumiram com o concelho Castelo de Paiva, relativamente à Variante à EN 222, nomeadamente os pontões e a rotunda da estação, e fundamentalmente a ligação da Variante à EN 222 à futura A41 na zona de Canedo. Relativamente à questão do sinal que o Senhor Presidente da Junta falou, nós comunicámos à Estradas de Portugal alertando-os para esse facto, porque quando os camiões entram naquela zona torna-se muito complicado pois a estrada é bastante estreita. E julgo que fui ao encontro das perguntas que me foram formuladas. ***

____ Usou da palavra o membro Senhor Dr. Rocha Pereira para questionar o Senhor Presidente. “Não sei se por omissão ou se não pretende responder, eu solicitei a indicação dos colaboradores dos políticos, e até eventualmente quanto à forma de escolha e dos requisitos. Segunda questão, perguntei se a equipa de colaboradores está completa. Não obtive resposta. Disse e bem, quando se referiu à questão do orçamento e às dificuldades. Penso que o que o Senhor Presidente referiu, justifica a pergunta àquilo que diz no sentido das ideias quanto à forma de o aprovar e quanto à forma de neste órgão estes documentos poderem ser plenamente discutidos e aprovados.”

____ Usou da palavra o Senhor Presidente que respondeu às questões que lhe foram colocadas. “As pessoas que trabalham nos gabinetes são do conhecimento de todos, o Secretário do Vice-Presidente é o Senhor Sérgio Tavares, o Secretário do Senhor Vereador é o Senhor Sérgio Gouveia, e o meu adjunto é o Senhor Manuel Moreira, que é funcionário desta casa. Os dois Secretários não são funcionários da Câmara. Quanto à questão se a equipa está fechada, não faço a mínima ideia, não sei o dia de amanhã. Estou preocupado com aquilo que é melhor para a Câmara Municipal, e não posso ficar em momento algum apeado de encontrar as melhores soluções que sirvam esta casa. Daqui a quatro anos serei novamente sufragado, e se for novamente candidato os paivenses terão aí oportunidade de verificarem que as escolhas e as opções que foram tomadas, se foram correctas ou não. Relativamente ao Orçamento, pela forma como respondi há pouco e a informação que dei, creio que repondo à sua questão. Neste momento está em curso uma auditoria. Finda essa auditoria, vamos ter uma reunião com o Senhor Secretário de Estado da Administração Local Dr. José Junqueiro, que se prontificou a colaborar connosco numa solução para a Câmara Municipal, e a partir daí tomaremos as opções adequadas.”

____ **PERÍODO DA ORDEM DO DIA*****

____ 1. APRECIAÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO. ***

____ Presente o ofício de 15 de Fevereiro de 2009, do Presidente da Câmara, contendo a informação da actividade da Câmara Municipal, bem como uma informação da situação financeira datada de 23 de Fevereiro de 2010, acompanhada da relação de dívidas a empreiteiros e fornecedores que é nessa data de 2.643.023,47 (dois milhões seiscentos e quarenta e três mil vinte e três euros e quarenta e sete cêntimos) e do Resumo Diário de Tesouraria, de 23/02/2010, com o total de disponibilidades cujo saldo totaliza o valor de 1.948.302,48 (um milhão novecentos e quarenta e oito mil trezentos e dois euros e quarenta e oito cêntimos), sendo estes documentos depois de apreciados arquivados na pasta anexa a esta acta. ***

____ Usou da Palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bairros. “Nesta informação da actividade da Câmara Municipal tem aqui umas reuniões que se fosse possível o Senhor Presidente informar esta Assembleia, qual o conteúdo do que foi falado nessas reuniões. A reunião sobre o PDM de Castelo de Paiva, com o Sr. Arquitecto Carlos Coelho, acho de interesse para todos os Paivenses. O ponto de situação do saneamento, houve uma reunião em Paredes com a Empresa SINDOURO Águas de Portugal. Reunião com a Empresa Estradas de Portugal juntamente com o Centro Operacional do Grande Porto. Reunião com a DREN, gostaria de saber se há novidades para a Freguesia de Bairros no próximo ano lectivo. Reunião com os Senhores Governadores Civis dos Distritos de Aveiro e Viseu, com os Senhores Presidentes das Câmaras de Cinfães, Arouca e Castro Daire, e o Senhor Administrador de Estradas de Portugal, sobre a EN 225. ***

____ Usou da palavra o Membro Dr. José António Rocha: “Começo por registar a intervenção anterior, durante os últimos oito anos, sou testemunha que o PSD nunca se preocupou com esta informação. Nunca aqui ouvimos elementos do PSD pedir esclarecimentos. Peço ao Senhor Presidente da Câmara mais alguns esclarecimentos sobre algumas reuniões, por exemplo a reunião com a DREN, com a Associação Industrial do Distrito de Aveiro. Há aqui algumas incorrecções, no verso da primeira folha no segundo ponto onde diz “reunião com os Senhores Inspectores da Direcção Geral de Finanças”, isto será “Inspecção Geral de Finanças”. Antes do meio da página onde se lê “presença na reunião

da instalação na Assembleia Intermunicipal dos Municípios de Vale de Sousa”, não será Vale de Sousa mas sim, “Sousa e Tâmega”. Mas destes pontos todos gostava que o Senhor Presidente da Câmara desse uma informação mais alargada sobre a reunião do PDM de Castelo de Paiva. É um assunto que durante os últimos anos, fui levantando algumas questões. Especificamente sobre o PDM questionei várias vezes o Senhor Presidente da Câmara, que muitas vezes se escusou dizendo que a culpa era da CCDR, que a Câmara tudo estava a fazer para que o PDM fosse revisto. Recordo-me que há vários anos atrás cheguei a dizer nesta Assembleia que provavelmente nem em 2010 teríamos PDM. Já estamos em 2010 e não temos PDM. O Senhor Presidente da Câmara chegou aqui a afirmar nesta Assembleia, nunca o provou mas afirmou, que tinha recebido uma carta da CCDR a pedir desculpa pelo atraso na revisão do PDM. Gostava que o Senhor Presidente da Câmara nos desse aqui uma panorâmica mais alargada sobre esta questão. Gostava de falar na informação da actividade que poderá vir a ser a actividade da Câmara Municipal. Era agarrar uma das ideias aqui deixadas pelo Dr. Gouveia Coelho, que é a situação das cooperativas, Cooperativa Agrícola e Adega Cooperativa, e a situação do futuro da vinha e da produção do vinho, ou a falta de futuro. Para que não digam que o Dr. Gouveia Coelho esteve aqui a falar sozinho ou que não esteve aqui a tratar de assuntos do interesse de Castelo de Paiva deixou aqui uma ideia muito importante. Sobre esta ideia o PSD não se pronunciou.” ***

_____ Usou da palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Real: “Em primeiro lugar queria dizer que este comentário que o Senhor José António Rocha acabou de fazer, é mentira. Que nunca ninguém do PSD se preocupou com a informação da actividade da Câmara, isso é mentira, eu sou a prova disso, face às minhas intervenções nas Assembleias Municipais. Em segundo lugar queria fazer um comentário a este modelo de informação da actividade da Câmara. Foi muito criticado em mandatos anteriores. Mantém-se igual, gostava de saber se os membros do PS mantêm a mesma opinião acerca deste modelo, se continua a ser muito mau ou se agora passou a ser bom. Eu mantendo as críticas que tinha em relação ao modelo. Parece que só mudaram as músicas, mantém-se tudo igual. E de facto entre 19 de Dezembro e 12 de

Fevereiro de 2010, conseguiram em Real fazer a reparação de uma bomba na Mó. O Membro Alfredo Gonçalves da bancada do PS também fez várias críticas a isso, gostava de saber se ele mantém a mesma opinião, porque parece que a freguesia de Real continua esquecida. Agora que estão no início de mandato e de funções vou tentar dar um abanão para ver se alteramos o rumo das coisas. Em relação à Escola de Real, foi feita uma reunião com os encarregados de educação e a Junta de Freguesia esteve presente. Gostava de questionar o Senhor Presidente da Câmara, que tomasse uma posição pública a respeito da nova escola de Real. Se é para ser feita ou não? Se aquilo que nos diz dentro das quatro paredes é o que vai fazer? Se vai ser candidata a nova Escola? Foi combinado entre nós que iria entrar em contacto com o responsável para adquirir um terreno, eu próprio confirmei com essa pessoa no início da semana, e o Senhor Presidente ainda não entrou em contacto com ela. No sábado passado estive em reunião com o representante dos pais, não queria que nós em Real estivéssemos a trabalhar para um lado e na Câmara estivessem a trabalhar para o outro. Ou estamos todos a trabalhar no mesmo rumo, no mesmo sentido ou as coisas não vão lá. Mencionou aqui e muito bem, em relação aos fornecedores, e hoje tive a prova viva disso, de que a Câmara está a tentar pagar a 30 dias aos fornecedores do concelho. Gostava que não se esquecesse das Juntas de Freguesia, e das Associações do Concelho, também tentasse pagar a 30 dias, porque as Associações e as Juntas de Freguesia também movimentam muita coisa no Concelho. Posso lembrar a título de exemplo que se a Câmara não nos pagar se nós deixarmos de fornecer o material de aquecimento às escolas, imaginem como é que as crianças vão ficar sem lenha. Se nós deixarmos de fornecer material de limpeza e higiene como é que as crianças vão ficar. É bom que não se esqueçam das Juntas de Freguesia. Sei que já fizeram um esforço grande, já pagaram uma grande parte que a Câmara devia às Juntas de Freguesia. Só à Junta de Freguesia de Real a dívida da Câmara Municipal no final do ano era de 8.000 euros. No entanto se estão a tentar pagar a alguns a 30 dias espero que às Juntas de freguesia mantenham isso. No final da semana que passou ocorreu uma situação desagradável na freguesia de Real. Não é normal a EDP cortar a energia do contador de um furo de

abastecimento de água à população. Por acaso eu presenciei, e de imediato entrei em contacto com a Câmara Municipal e conseguiu-se resolver a situação. É o cúmulo, é ridículo, a EDP chegar ao ponto de desligar a energia de um contador que abastece água à população de Real. Gostava que precavessem estas situações. Gostava de saber o que se passou? Se foi falta de pagamento? Porque para a EDP cortar o fornecimento de energia algo se passou. Para finalizar, gostava de dizer ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que discordo totalmente deste horário para que foi marcada a Assembleia Municipal. Para quem não faz nada é um horário bom, tem a manhã para dormir e a seguir ao almoço vem para a Assembleia Municipal, mas para quem trabalha, não se faz nada de um lado e não se faz nada do outro. Da minha parte continuarei a cumprir com as minhas obrigações como Presidente de Junta de Freguesia, mas se fosse ao início da manhã ou ao final da tarde, aí sim concordava com o horário das Assembleias Municipais.” ***

____ O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que o horário escolhido foi acordado com o Senhor Presidente da Câmara em função dos seus compromissos inadiáveis, porque normalmente seria realizada de manhã. ***

____ Usou da palavra o membro Dr. Gouveia Coelho: “Queria dizer à Senhora Secretária da Mesa, Ilda Cardoso, e a todos, admito que discordem em absoluto do que digo, mas queria fazer um pedido. Façam um esforço para ouvir e por ler, e só depois digam se é ou não “show off. Desta vez está escrito. O que acaba de dizer a Mesa, que normalmente seria de manhã, eu diria que o normal era que a Mesa conhecesse a norma do Regimento que obriga a que a Assembleia seja a outra hora e sempre que possível depois do horário de trabalho. Isso é que seria normal. Às nove horas da manhã nunca, não está previsto em lado nenhum. Quero concordar em absoluto com a primeira parte da intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Real, e ele porque já aqui está há algum tempo, ele tem a certeza que eu não mudo de opinião. Efectivamente este ponto de agenda de trabalho repetidamente aqui disse que seria dos pontos mais importantes das assembleias ordinárias. Porque aqui os eleitores através dos seus representantes nesta assembleia apreciariam louvando ou eventualmente

criticando a actividade da Câmara neste tempo que medeia entre as assembleias ordinárias. Por isso eu sempre disse que esta cópia de agenda não interessa nada para essa função e portanto continuarei a sugerir, que provavelmente o funcionário que fazia, fez exactamente como era costume fazer. Seja como for, quem manda é quem manda, e eu espero que mesmo que tragam menos assuntos não é preciso esta lista, não queremos saber quantas tampas de saneamento é que foram colocadas, mas resumam aquelas actividades naqueles pontos com conteúdo, e em vez de dizer uma reunião não sei onde, digam que na reunião decidiu-se isto. (Fracasso completo). Basta uma ou duas palavras sobre o objecto, para nós ficarmos com ideia do que é que foram lá fazer. Se foram só pelo almoço, nós vamos estar contra. Se for para mais alguma coisa e resultou ou pelo menos fizeram um esforço para resultar uma solução para Castelo de Paiva, cá estaremos prontos para apreciar. Neste ponto que é a apreciação da informação da actividade da Câmara desde a última Assembleia vou referir um facto de um Vereador de uma coisa que eu ouvi na rádio paivense que me impressionou. Numa reunião de Câmara, que normalmente tem uns diálogos pouco edificantes, ouvi Rui César perguntar no último dia, ao Senhor Presidente da Câmara ou ao Senhor Vereador, o que é que tinham feito para os caminhos rurais. Tinham perdido os subsídios. Quem o ouviu de fora parecia que tinham perdido um montão de subsídios. Ele, Rui César, bem sabia, que tinha feito tudo e agora no último dia censurava os aprendizes, queria saber o que é fizeram para não deixarem perder os eventuais subsídios chorudos para reparar os nossos caminhos rurais. Isto chocou-me. Porque penso que os eleitores também elegeram Rui César como Vereador da Câmara, também é do executivo. Para colocar as questões e debatê-las cá estamos nós na Assembleia. E eu queria censurá-lo. Então se ele sabia, e se nós lhe pagamos razoavelmente durante doze anos para exercer o mandato retribuído, tem naturalmente uma responsabilidade acrescida de pôr todos os seus conhecimentos como qualquer vereador ao serviço dos munícipes na Câmara. Portanto se a Câmara Municipal perdeu alguns subsídios o Rui César não pode chegar ali com uma espécie de manilha ou às de trunfo e perder o jogo. Quando pelos vistos era ele que tinha

todo o “now out” para salvaguardar os interesses do Município. Lamento que isto tenha acontecido e impressionou-me. E neste período de actividade da Câmara quero aqui expressar este meu juízo em nome dos eleitores que represento. Outro Vereador durante este período no Jornal Público de 19 de Fevereiro de 2010, aparece uma entrevista do Senhor Vereador Paulo Teixeira, com o título “Castelo de Paiva só apresenta Orçamento após a auditoria” e depois fala sobre o endividamento. Depois diz que foi ouvido o ex-presidente e actual vereador. E foi dito que ele nega que haja um descalabro. Ficamos a saber que o Vereador da Câmara entende que há para aí, pelos vistos, muito dinheiro. Estou curioso para ver. Porque me falam em 20 milhões de dívida, e o problema não é só os 20 milhões, se receberam 10 milhões por ano, gastaram mais 120 milhões, com estes 20 milhões dará 140 milhões. E os paivenses puseram-me aqui para eu saber para onde foi tanto dinheiro. Não estamos só com os 20 milhões de endividamento que nos torna caloteiros e de má fama. E diz mais sobre o descalabro financeiro e explica. A explicação que dá o Vereador da Câmara Municipal é que em “dois meses” entre aspas, o actual executivo contratou três assessores políticos que triplicaram os custos com o pessoal. Ainda não vi desmentido. É assim que nos vamos honrar a dignificar Castelo de Paiva? Quanto é que ganha o pessoal? Três vezes mais? Quero saber quem são esses assessores! Ou então desmintam! Vamos ter contenção e juízo. “***

____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sardoura: “Só queria, se fosse possível, que me informasse sobre aquela reunião com a Comissão de Coordenação Regional do Norte em Boure, qual é o ponto de situação e o que se passou em relação sobre aquela zona. Tenho aqui uma outra informação que é a colocação de conduta de água pública no Bacelo, freguesia de Santa Maria de Sardoura. Gostaria de saber onde é, segundo o meu conhecimento a conduta já lá existe há 9 anos.” ***

____ Usou da palavra o Dr. Rocha Pereira: “ São três questões. A primeira questão é sobre o horário. Sugeria efectivamente, se possível que as nossas Assembleias tivessem lugar fora do horário laboral. Nós, quando digo nós estou a referir-me a mim, ao Dr. João Campos, Dr. José

António Rocha, o Dr. Lopes de Almeida e ao Sr. João Dias, tomámos posse na Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, essa reunião ocorreu a um sábado de manhã, penso que seria de reflectir sobre a questão do horário das assembleias. Outra sugestão, eu verifico que afinal este ponto está a ter muito interesse. Há aqui questões que são assuntos que estão aqui relacionados, é um rol muito extenso. Porque é que em vez de sermos nós deputados a levantar as questões, não se cria a prática do Senhor Presidente da Câmara tomar logo a palavra no sentido de fazer uma exposição sobre aquilo que considere de maior importância? É a sugestão que deixo. A terceira pergunta, pensei que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Raiva a iria fazer, não a fez, mas eu faço. É o ponto em que se refere a reuniões com diversas empresas sobre os penedos do Monte de S. Domingos. Sabemos que a natureza por vezes zanga-se. Sabemos que estas questões já se arrastam a algum tempo. Há ali perigosidade. Se houve reuniões com diversas entidades. Que entidades? Que perspectivas colheu no sentido de minorar riscos potenciais?"***

— Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder às questões que lhe forem colocadas: “Relativamente às questões que me foram colocadas e sobre a Revisão do Plano Director Municipal, efectivamente é um processo que já se arrasta desde o ano 2000, e o que é certo é que desde essa data as coisas não evoluíram. Houve um estudo prévio, e não houve mais nada do que isso. Tivemos uma reunião, e já temos outra marcada para a próxima sexta-feira, com o Senhor Arquitecto Carlos Coelho, que por falta da cartografia digital que está a ser elaborada no âmbito de uma candidatura da Associação de Municípios do Vale do Sousa, o processo nunca pôde ser desencadeado. Estamos no fundo a discutir valores com esta equipa, mas já assumimos na reunião que tivemos com este Arquitecto, abrir um novo procedimento. Na próxima reunião vamos negociar com o Gabinete que esteve até aqui a trabalhar na revisão do Plano Director Municipal. Na nossa perspectiva não concordamos com os valores que nos foram apresentados. Naturalmente este Executivo tem todo o interesse que esta revisão avance o mais rapidamente possível porque tem sido o elemento mais estrangulador do desenvolvimento do Concelho de Castelo de

Paiva. O Plano Director Municipal em vigor, é de 1994 ou 1995, está completamente desactualizado e tem-nos criado muitos embaraços na resolução de muitos problemas em matéria de ordenamento e urbanismo no Concelho. Este é o ponto da situação do Plano Director Municipal, a informação que temos da Associação de Municípios do Vale do Sousa é que a cartografia digital brevemente estará a ser homologada pela Universidade de Aveiro, e a partir desse momento temos condições objectivas para ter a cartografia digital disponível para que o processo de revisão avance o mais rápido possível. Relativamente à questão do saneamento e da Empresa SINDOURO, esta reunião que houve em Paredes foi só para a instalação dos órgãos sociais. Quanto à reunião com o Centro Operacional do Grande Porto e das Estradas de Portugal, estivemos a debater inúmeras situações que nos parecem que têm de ser resolvidas em matéria de segurança, de beneficiação e reparação das vias que pertencem às Estradas de Portugal. Estamos a trabalhar um dossier e uma relação daquilo que são as prioridades e vamos encaminhá-las para os responsáveis das Estradas de Portugal do Centro Operacional do Grande Porto. Relativamente à reunião que tivemos com a Direcção Regional da Educação e com alguns dos seus representantes, apresentaram-nos uma proposta baseada no mapa do Google, e na sua perspectiva deram-nos o que seria o ideal em termos de construção de Centro Escolares no centro de Castelo de Paiva. Posso dizer-vos quais foram as sugestões apresentadas: O Centro escolar na Escola EB2/3 em Sobrado, ficará desocupada com a construção do Parque Escolar, que é uma obra que irá avançar ainda no decurso deste ano. A outra passaria por criar um Centro Escolar em Santa Maria de Sardoura, outro em S. Martinho, e outro em Oliveira do Arda no Couto Mineiro do Pejão. Estas foram as sugestões que nos foram apresentadas, valem o que valem, nós politicamente e enquanto Câmara temos poder parar decidir qual é a melhor solução para o Concelho de Castelo de Paiva. Mesmo não sendo eles os interlocutores privilegiados para defender a nossa posição dissemos abertamente que relativamente à escola de Real não abdicaríamos dessa escola porque consideramo-la fundamental atendendo à área geográfica que a freguesia tem e àquilo que pode ser até um motor de desenvolvimento para a freguesia. A questão que

existiu relativamente a Real, eu assumi que é para avançar com o projecto, a dúvida existe relativamente ao projecto a candidatar se é o que existe ou se encontramos uma outra solução muito mais barata do que aquela que existe neste momento em termos de projecto na câmara Municipal. Porque a que existe traduz-se num investimento significativo por parte da Câmara, estamos a falar em 300 mil, em números redondos mas poderá ser mais. Temos de trabalhar com as possibilidades financeiras. Fiquei de fazer um contacto com uma pessoa relativamente a um terreno, e agradeço a preocupação que teve o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Real em contactar essa pessoa para saber se eu o tinha contactado, mas eu não me esqueci, vou fazê-lo logo que tenha disponibilidade, estou atento a esta situação. Em termos de opção o que vinha do passado todos sabemos que era a defesa da carta educativa, mas não houve decisão nenhuma em termos de feitura de qualquer projecto nem quais os Centros Escolares que vamos realizar. É uma decisão que tem de ser tomada sob pena de perdemos uma oportunidade de investimento importante na área de educação no concelho. Mas temos de ver a capacidade financeira da Câmara para conseguir acompanhar aquilo que é a comparticipação nacional nesse investimento, todos sabemos que é significativo, dizem 70% de financiamento comunitário, mas quando chega aos 50% já é muito bom. Só para vos dar uma ideia dos valores envolvidos neste investimento que considero importante e fundamental. Visitei uma sala de aula em Real. Aquilo não é uma sala de aula. É uma vergonha ver que há alunos neste concelho que estão uma loja a ter aulas. Muita gente poderá não conhecer esta realidade mas é isto que acontece, crianças a terem aulas em condições precárias. Relativamente à Estrada Nacional 225, recebemos um convite dos Governadores Civis de Aveiro e Viseu, e também dos autarcas de Castro Daire, Cinfaes e Arouca sobre a beneficiação daquela estrada. Castelo de Paiva tem um troço pequeno da E.N. 225 mas estamos interessados na beneficiação e na requalificação daquela via. O que ficou assumido com as Estradas de Portugal é que iriam tentar resolver algumas das questões mais urgentes, pois também estão com dificuldades em termos financeiros para fazer uma obra de grande vulto, mas em termos de beneficiação e em aspectos relacionados com a segurança irão intervir.

A AIDA – Associação Industrial de Aveiro endereçou-nos um pedido de agendamento de uma reunião para se disponibilizar e colaborar com a Câmara sobretudo na área económica e empresarial, uma reunião quase de circunstância. Relativamente ao contador do furo de Real. Pela informação que tive do Sr, Vice-Presidente a situação foi resolvida de imediato porque o contrato não era definitivo e teve que se encontrar uma solução. Quanto aos pagamentos às Juntas de Freguesia e às Associações, é bom que todos os membros desta Assembleia tenham conhecimento da dívida que herdamos para pagar às associações, estamos a falar de 170 mil euros relativos ao ano 2008. É uma dura realidade, para a Câmara porque deve pagar, e vai pagar este montante, e também para as Associações e Colectividades que estão à espera desse dinheiro. Estamos a fazer um plano de acção e de pagamentos, porque não temos 170 mil euros para pagar de um dia para o outro, mas vamos cumprir com os nossos compromissos e irão ser pagos os subsídios às Associações e Instituições, aliás já começaram a ser pagos em Janeiro. Relativamente às Juntas de Freguesia encontramos aquilo que eu considero que há de pior na política, que é a desigualdade de tratamento, dar primazia a uns em detrimento de outros. Não é que eu considere que aqueles que receberam não tinham de receber. Não. Tinham de receber. Aqueles que não receberam é que deveriam ter recebido também. Nessa matéria encontramos aqui desigualdade de tratamentos, que em traços gerais eu posso especular e pensar que poderiam ter algum objectivo político ou partidário. O que é certo é que era uma realidade que não nos pareceu bem. Mal tivemos alguma disponibilidade para conseguir pagar às Juntas de Freguesia pagamos e dividimos o bolo a meio e já pagamos metade do valor que temos em dívida. Aliás está aqui o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fornos que não tinha recebido um centímo, e recebeu metade daquele valor. Relativamente a Real também fizemos o mesmo pagamento de metade do valor que tinha a receber da Câmara. Também disse publicamente que provavelmente algumas das declarações que aqui fez na Assembleia Municipal incomodaram algumas pessoas, e talvez tenha sido por isso. O que é certo é que se percebeu que não havia equidade e igualdade de tratamento às Juntas de Freguesia. Fizemos isto e é assim que vamos continuar a fazê-lo e a

trabalhar. Relativamente à Comissão de Coordenação da Região Norte, estiveram cá com o Senhor Vice-Presidente e com a equipa técnica, foi uma visita que fizeram ao concelho no âmbito da concertação que está a existir neste momento entre a equipa que está a fazer o plano de pormenor para aquele importante investimento turístico que se pretende para aquela zona de entrada do concelho de Castelo de Paiva, no terreno contíguo da própria empresa da PAIVOPAN. Aliás ainda estes dias estivemos novamente na CCDRN para que este processo avance o mais rapidamente possível e eu estou convencido que isso irá acontecer. Além disso já temos também em vista um importantíssimo investimento na área do turismo, precisamente na Quinta do Freixo, muito próximo do investimento de Boure, que tem a ver com a área de turismo ligado à saúde, promovido pelo Dr. Manuel Laranjeiro e que espero que tenha sucesso. Conseguimos conciliar ali dois espaços fantásticos numa entrada crucial para o concelho de Castelo de Paiva. Relativamente ao Caminho de Bacelo, segundo informação do Senhor Vice-Presidente existiam moradores que ainda não tinham abastecimento público de água e foi a continuação desta conduta. E foi esclarecido que o caminho era o Caminho do Carreiro e não do Bacelo. Relativamente aos penedos no Monte de S. Domingos, é um assunto de extrema importância, gravidade e de preocupação para todos nós. Já tive oportunidade com o Sr Vice-Presidente e verificar o estado em que se encontram, aqueles penedos e de facto apresentam uma perigosidade muito elevada, o que é certo é que durante alguns anos falou-se muito na comunicação social, mas depois desse momento as coisas não evoluíram. Nós mal entramos na Câmara Municipal, de imediato preocupamo-nos com este assunto e expusemos a questão superiormente junto do Secretário de estado da Tutela. O Senhor Secretário de Estado junto do Governador Civil exprimiu total preocupação com o assunto e já cabimentaram uma verba na ordem dos 200 mil euros, para o efeito. O que nos foi pedido, e já está a ser feito, foi que consultássemos três empresas da área, elaborássemos um projecto e apresentássemos um orçamento para o efeito, dentro em breve deverá ser entregue junto do Governo. ***

____ O Senhor Presidente da Mesa propôs um intervalo de quinze minutos. ***

____ Retomados os trabalhos, verificou-se a ausência do Presidente da Junta de Freguesia de Real, Filipe Valente, e do Dr. João Campos. ***

____ 2. ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE PARA A ASSEMBLEIA DISTRITAL DE AVEIRO. ***

____ Presente o ofício circular datado de 07.01.2010 da Associação Distrital de Aveiro, solicitando a indicação de dois membros desta Assembleia Municipal, devendo um deles ser o respectivo presidente ou o seu substituto e o outro eleito de entre os presidentes de Junta de Freguesia. ***

____ Usou da palavra o Membro do Dr. Gouveia Coelho. “Suponho que ninguém sabe para que serve a Assembleia Distrital. Quando fui Presidente da Assembleia Municipal deixei de ir, e esclareci o Parlamento porque não ia, porque era o único benefício que podíamos tirar que era não causar despesa em não ir. Porque ninguém sabe quais são as competências. ***

____ Foi proposto para representante o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pedorido, que a assembleia aprovou por unanimidade. ***

____ 3. ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE PARA O CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL, DE ENTRE OS AUTARCAS DAS FREGUESIAS. ***

____ Usou da palavra o Sr. João Dias que referiu: “ Em 1989 fui eleito para o Conselho Cinegético porque pertencia à QUERCUS, nunca funcionou, reuniu uma vez, e perante uma proposta minha recusaram-se a reunir mais. Que era atribuir uma área de caça muito extensa, tudo o que fosse solo com eucaliptos. Bastou isso para nunca mais funcionar o Concelho Cinegético. Presentemente o Conselho Cinegético reúne uma vez por ano, aqui na Câmara, em que está presente o Engº. Carlos Pereira do Ministério da Agricultura e Pesca, e trata de assuntos relacionados com a caça. O Conselho Cinegético determina a zona de caça de cada concelho, e pode alterar a sua área. Actualmente a zona de caça municipal de Castelo de Paiva, é determinada pelo Clube de Caça e Pesca de cada concelho, a criação ou a alteração, das zonas que estão proibidas no concelho. ***

____ Foi proposto o Senhor José António Sousa, autarca da Freguesia de Sobrado. A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade. ***

____ 4. SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ***

____ Nos termos da Lei, a Câmara e a Assembleia Municipal deverão fixar o valor do seguro de acidentes pessoais dos respectivos membros para o mandato de 2009 a 2013. Foi aprovada em reunião de Câmara Municipal de 05.11.2009, que os membros da Assembleia Municipal possuam um capital seguro no caso de morte ou invalidez permanente de 49.879,79€ e de cobertura de incapacidade temporária absoluta possuam um capital seguro diário de 25,00€. ***

____ Usou da palavra o Membro Dr. Gouveia Coelho para referir que se estivessem respeitados os critérios e os formalismos legais nada tinha a opor e prescindia de qualquer intervenção. ***

____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade fixar aqueles valores de seguro para os seus membros. ***

____ 5. REGULAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA, E RESPECTIVA FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA. ***

____ Usou da palavra o Senhor Vereador José Manuel Carvalho para esclarecer: "O que está aqui em causa é o Regulamento que foi aprovada por unanimidade em reunião do executivo, e baseia-se no estudo que foi feito por uma empresa de consultadoria e gestão, é um processo que decorre há já algum tempo. Foi desenvolvido no âmbito legal decorrente da lei, que estabeleceu novas regras e princípios que presidem à fixação de taxas a cobrar pelos Municípios. O que está explanado nesse documento são as taxas a cobrar pelo Município para os diversos fins. Sobre essa proposta apresentada pela Empresa foi considerada uma outra proposta que foi submetida à reunião de Câmara e aprovada, que tinha a ver com a alteração da taxa a cobrar por metro quadrado nas feiras. Tendo em conta que o novo modelo de gestão das feiras retira uma receita que existia para o Município que era a arrematação dos lugares. Deixamos de ter isso por força da Lei e então entendemos que a participação do município no custo do metro quadrado que estava previsto em 91% era exagerado, e reduzimos essa taxa de participação para 80% subindo evidentemente o custo do metro quadrado. ***"

_____ Usou da palavra o Membro Prof. Daniel Rocha que colocou a seguinte questão: “Segundo o que acabou de dizer os feirantes vão passar a pagar mais taxa e é do vosso conhecimento que tem havido um “sururu” entre os feirantes. Gostava que nos esclarecesse aqui, afinal de contas o que se passa? Se tem a ver com isto? Qual é a diferença ou o aumento que gerou?” ***

_____ Usou da palavra o Membro Senhor Dr. José António Rocha que colocou a seguinte questão: “Poderia ajudar a compreender esta alteração se a Câmara nos dissesse se foi feita alguma simulação tendo em conta os valores pagos pela arrematação e agora os valores pagos pelo metro quadrado.” ***

_____ O Senhor Presidente da Mesa colocou a seguinte questão: “No artigo 8º. do Regulamento diz que a competência para as reduções e isenções é da Câmara Municipal. No anterior Regulamento era assim ou tinha de vir à aprovação da Assembleia Municipal?” ***

_____ Usou da palavra o Senhor Vereador José Manuel Carvalho para responder às questões que foram colocadas: “Em relação à questão colocada pelo Prof. Daniel, sobre os feirantes se terem tornado frequentadores assíduos no atendimento à terça-feira não tem a ver com esta taxa, até porque esta taxa só será pública depois de ser aprovada pela Assembleia. Tem a ver com outro procedimento que esta Assembleia já aprovou, que foi o Regulamento das Feiras. Face à aprovação desse Regulamento há um novo procedimento em curso, o concurso para o sorteio da feira, e os feirantes têm às terças-feiras vindo manifestar os seis pontos de vista, mas tenho de dizer. que esse regulamento, já no mandato anterior esteve em consulta pública, os feirantes, as Associações de feirantes, e as Federações de feirantes tiveram oportunidade de se pronunciar nesse estudo. A questão dos feirantes estarem a vir neste momento mais vezes à Câmara não tem a ver com as taxas, porque estas só serão tornadas públicas depois da aprovação da Assembleia. Quanto à questão colocada pelo Dr. José António Rocha, esta redução da taxa de participação do Município de 91% para 80% teve a ver com a necessidade do Executivo de equilibrar a receita municipal face ao facto de pertermos uma outra receita que estava prevista no anterior modelo que era a arrematação dos

lugares. De facto fizemos e tivemos em conta esse estudo para tentarmos aproximar com esta receita acrescida com a elevação da taxa de metro de quadrado tentarmos aproximar a receita em função da arrematação que tínhamos no modelo anterior. Mas foi feito um outro estudo, que foi de nos aproximarmos das taxas cobradas por outros Municípios da Região. O factor base para o cálculo foi a aproximação à receita que tínhamos no modelo anterior. A questão que me foi colocada pelo Senhor Presidente da Mesa em relação ao artigo 8º.. O artigo 8º. está exactamente igual ao que estava.” ***

____ Usou novamente da palavra o Prof. Daniel Rocha para colocar a seguinte questão: “Há um representante dos feirantes com quem costumam reunir sobre estes assuntos ou se é aberto publicamente?” ***

____ Usou da palavra o Senhor Vereador José Manuel Carvalho para responder: “Nós não estamos a discutir o Regulamento das Feiras. O que estamos a discutir é o Regulamento das Taxas.” ***

____ A Assembleia aprovou por maioria, com uma abstenção, o presente Regulamento. ***

____ 6. ACÇÃO JUDICIAL CONTRA ELEITOS DO PSD (PROC. 435/07.8BEPNF); HONORÁRIOS ESCANDALOSOS DE ADVOGADO, ESCOLHIDO POR ELEMENTOS DO PSD, CUJO PAGAMENTO ESTES PRETENDEM IMPUTAR AOS MUNÍCIPES; PEDIDOS DE ELEMENTOS E INFORMAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL; ÉTICA, LEGALIDADE E JUSTIÇA NO CASO E NOS PROCEDIMENTOS. ***

____ Usou da palavra o Membro Dr. Gouveia que referiu: “Começo por requer à mesa para dar conhecimento à Assembleia do teor do meu pedido de esclarecimentos, o tratamento que a Mesa deu a esse pedido, e a resposta da Câmara, porque é isso que está na base do agendamento do tema, para que se alguém se quiser pronunciar o possa fazer. ***

____ O Presidente da Assembleia leu de seguida o seguinte requerimento: “*Considerando que só agora me chegou às mãos a documentação anexa à convocatória da última sessão da AM (em 30.12.2009) e pude constatar referências a honorários de um Advogado de Lisboa relacionados, ao que se supõe, sobre o processo administrativo conhecido como de “Perda de Mandatos”, honorários*

cuja justificação se desconhece em pormenor, mas que foi objecto de notícias na comunicação social que merecerão novos e objectivos esclarecimentos para que fique claro que o Município não pagou nem pagará o indevido e para eventualmente ser reposta a verdade e o bom nome dos envolvidos e desde logo da própria Advocacia ou Advogados, venho, na qualidade de membro efectivo da AM, ao abrigo e nos termos das normas legais e regimentais aplicáveis, solicitar, por intermédio de V.Ex.a, que a Câmara Municipal me forneça os seguintes esclarecimentos ou elementos: 1. a) Documentação (cartas, faxes, e-mails... recebidos ou enviados) relacionada com a contratação do Advogado em questão e com as condições ajustadas para a prestação dos serviços. b) Razões da contratação dum Advogado de Lisboa? c) Que ligação tinha ele com Castelo de Paiva e/ou com qualquer dos Réus? d) Tinha prestado qualquer outro serviço ao Município? 2. Quem contratou e em que qualidade o Advogado? 3. Que peças do processo administrativo elaborados pelo Advogado ou decisões judiciais foram remetidas ao Município, a quem foram dirigidas e quem as recebeu, apreciou e sobre elas proferiu qualquer despacho ou parecer e qual o conteúdo destes, caso tal tenha acontecido? 4. Cópia de correspondência (recebida e enviada) relativa a provisões e honorários, bem como nota ou notas discriminativas de honorários, com indicação da data ou datas da recepção (carimbo de entrada) e expedição, bem como cópias dos eventuais despachos e pareceres ou pedidos de informações internas sobre tal correspondência ou nota(s) de honorários e bem assim das datas de eventuais pagamentos de honorários ou provisões e seus montantes. 5. Cópias, caso existam, de pedidos de reembolso por qualquer dos Réus no processo administrativo em causa, respectivo fundamento e despachos e/ou pareceres que tenham recaído sobre tais pedidos e fundamentos.” “Eu remeti este pedido à Câmara Municipal com o seguinte ofício: “Junto envio a V.Ex^a. o requerimento apresentado pelo Dr. Gouveia Coelho, Membro da Assembleia Municipal, e que me merece o seguinte despacho: “Ao Senhor Presidente da Câmara para os devidos efeitos: Porque à data dos factos V.Ex^a não era Presidente da Câmara, informo que: 1.-Esta questão foi tratada pelo Presidente da Assembleia Municipal de então,

eu próprio, com o então Presidente da C. Municipal, Dr. Paulo Ramalheira Teixeira. Perante a acção de pedido de perda de mandato interposta pelo membro do Partido Socialista, José António da Costa Moreira da Rocha, junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel, contra todos os membros eleitos pelo PSD, incluindo o Presidente da Assembleia Municipal, fui solicitar apoio jurídico ao Orgão Municipal a quem compete apoiar a Assembleia Municipal; 2.- Na reunião que então aconteceu, pedi apoio jurídico ao Órgão Municipal, representado pelo Presidente da Câmara. Na citada reunião participaram além dos Presidentes da Câmara e Assembleia Municipal, o então Vereador Dr. Ricardo Jorge e o Responsável do Gabinete Jurídico da C. Municipal, Dr. Adão Santos; 3.- Para além destes intervenientes, participaram também neste processo, todos os então eleitos pelo PSD à Assembleia Municipal no anterior mandato; 4.- Esta mesma questão foi objecto de informação a V. Ex^a, aquando da transmissão de dossiers, entre o Executivo Municipal cessante e o novo Executivo ao qual V. Ex^a. Preside, no dia 30 de Outubro de 2009: 5.- Se dúvidas há quanto à justeza dos honorários apresentados, cabe à Ordem dos Advogados pronunciar-se sobre essa questão. V. Exa pode, e em meu entender deve, tomar a decisão de consultar a Ordem dos Advogados sobre esta matéria. Eu próprio vou consultar o Dr. Adão Santos, jurista da Autarquia, e provavelmente irei colocar as questões levantadas pelo Dr. Gouveia Coelho à Ordem dos Advogados; 6.- Lamento que o exercício da Democracia e de defesa dos Eleitos Locais, independentemente dos partidos políticos que representam, sirva da arma de arremesso político, como aconteceu abundantemente na comunicação social. Mais tarde ou mais cedo, e é só uma questão de tempo, os argumentos que servem hoje para atacar os Eleitos Locais de um determinado partido político, vão virar-se contra os atacantes de hoje, também eles Eleitos Locais e membros dos mesmos Órgãos Autárquicos;” Coloco-me ao dispor de V. Ex^a para eventuais esclarecimentos sobre este processo, se assim o entender. Com os melhores cumprimentos. O Presidente da Assembleia, (Dr. José Manuel Lopes de Almeida)” Este foi ofício que acompanhou o requerimento do Dr. Gouveia Coelho. O Senhor Presidente da Câmara

remeteu-me uma série de documentação que foi integralmente remetida ao Senhor Dr. Gouveia Coelho, acompanhada da seguinte informação: “*Assunto: Pedido de informações Para: Sr. Presidente da Câmara Ex.mo Sr. Presidente, No seguimento do despacho de V.a Exa. e relativamente ao requerido pelo membro da Assembleia Municipal, Dr. Gouveia Coelho, poderei esclarecer o seguinte: Quanto à alínea d) do ponto 1, o Dr. Nuno Vieira representa a Câmara Municipal no processo n°512/07.5BEPNF (Processo referente ao edifício denominado Marmoiral). Quanto ao n° 2, conforme resulta da contestação o mandatário foi constituído pelos membros do PSD que fazem parte da Assembleia Municipal. Quanto ao ponto 3 envio os documentos que chegaram ao conhecimento do Gabinete Jurídico no âmbito do processo Judicial n° 935/07.8BEPNF. Quanto ao ponto 4, anexo nota de honorários. Relativamente ao presente pedido e face aos elementos de que disponho é o me é possível informar. O Chefe da DAG (Adão Santos)*” ***

____ Usou da palavra o membro Dr. Gouveia Coelho que colocou a seguinte questão: “ Se me é permitido e se for deferido eu pedia à mesa que solicitasse à Câmara qual foi o despacho que deram para os serviços de que decorreu esta informação? De que resultou a resposta que me foi dada? ***

____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder à questão que foi colocada: “Em função do requerimento que me foi apresentado, dado que eu não estava na Câmara Municipal em termos de permanência nessa altura, como não tinha conhecimento, só tive acesso à nota de honorários, pedi esclarecimentos ao responsável da divisão. A informação que recebi foi esta e limitei-me unicamente a transmitir ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia. Em termos de procedimento não tenho conhecimento, mas assim o farei de imediato caso me seja solicitado. Nos próximos dias trataréi de obter essa informação.” ***

____ Retomou a palavra o Dr. Gouveia Coelho que referiu: “Isto veio na comunicação social causou alguma dúvida, espanto, e eu no exercício dos meus deveres solicitei à Câmara através da Assembleia, como é meu dever, aqueles esclarecimentos todos que aqui foram lidos. O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu o despacho às considerações, e os

comentários, e a Câmara limitou-se a enviar-me a resposta que também foi dada e subscrita pelo Senhor Adão Santos. Sintetizando, não é competência desta assembleia, estar aqui a discutir notas de honorários. Não está aqui em causa propriamente uma nota de honorários. Não estão em causa sequer 50 mil euros mais o resto que não veio na informação. O que está em causa é o que nos compete, é o nosso poder de fiscalização e de apreciação das práticas dos executivos. E quem está aqui é a Câmara Municipal, é o Executivo, e por isso não se pode dizer que “se eu não estava aí, não sei o que se passou na altura”. Não! Isto é um organismo público os procedimentos administrativos têm regras próprias. Portanto qualquer presidente ou vereador que entre e qualquer fiscalização que chegue, não vai perguntar o que é que se passou. Vai aos procedimentos administrativos que têm de estar documentados. O que eu pedi foram aqueles elementos todos muito pormenorizados. E o que está em causa é o exercício desse nosso poder e é o dinheiro, é um caso que pode ter a ver com o dinheiro dos paivenses. Não é o dinheiro da Câmara Municipal, nem do Paulo Teixeira ou do Gonçalo. É o nosso dinheiro. É o dinheiro daqueles que nos elegeram e nos puseram aqui. O que está aqui em causa é este caso exemplar. E as questões políticas, por casos concretos que tem a ver com a nossa vida, com a nossa verticalidade, e com o nosso bolso. Há aqui um rosário de questões: Primeiro observação que os Membros da Assembleia terão notado: Com o devido respeito Senhor Presidente da Mesa, nas suas competências está a canalizar para a Câmara Municipal os requerimentos e os pedidos que lhe fizemos. Eu solicitei informação à Mesa, e só lhe competia, podia, e devia remeter à Câmara, e exigir a resposta em 20 dias, e caso não houvesse resposta tinha de insistir. Isto nunca aconteceu durante 12 anos. O que fez o Presidente da Mesa? Fez ele próprio uma informação, fez comentários nesse requerimento, que ia consultar os serviços jurídicos para fazer queixa à Ordem de Advogados. Mas não é a Ordem dos advogados que me vai impedir de falar. Depois o mais estranho é que o Presidente da Mesa da Assembleia diz na informação que vai ao órgão jurídico da Câmara que dá apoio à Assembleia... Eu desconheço. Isto não está na Lei. Não sabia que a Assembleia tinha órgãos jurídicos e que poderia recorrer a órgãos jurídicos da Câmara. O que o Regimento diz quanto a

isso é que há um administrativo, e compete à Câmara dizer quem apoia os serviços da Assembleia. A Assembleia o que poderia fazer era pedir à Câmara que lhe facultasse um parecer do seu jurista. Há aqui uma certa informalidade. Gostaria que os órgãos se dessem ao respeito, cada um cumprisse as suas competências que fossemos exigentes uns para ou outros que assim vamos mais longe e teremos o aplauso daqueles que têm apreciado a nossa actuação. Está em causa ainda, saber se deste procedimento decorrem ou não ocultações, ou falsificações, ou contradições. Eu ouvi, e os paivenses também ouviram repetidamente há uma ou duas semanas atrás, uma reposição de declarações do então presidente da Assembleia que é o mesmo neste momento, dizer - “Quanto a isso... enfim surgiu no José António Rocha membro da Assembleia, e no PS que é o culpado dos honorários.” E disse mais, está escrito, ponham outra vez no ar se alguém tem dúvidas – “Eu nem sei quem é, se são muitos, se são honorários elevados ou não. Não falei com o advogado, não o conheço de lado nenhum. Não estive com ele.” Vejam o que dizem essas informações que estão registadas. Ora ouvimos agora ler que ele escreveu aqui que não foi assim. Está aqui uma mentira pública, que não fica bem e merece explicações. Das duas uma, ou são falsas as declarações que a rádio pôs no ar, ou é falso o que aqui está escrito e aqui foi lido pelo próprio. Não é bonito, é censurável e é nestas coisas que nos damos ao respeito, ou mostramos que não merecemos respeito. Mas há mais. Quem quiser ler o meu requerimento, a precisão com que é feito, várias alíneas, vários pontos. E aqui faço um reparo à Câmara Municipal, disse, aceito, fez um despacho, confiou no técnico e limitou-se a remeter. Mas a Câmara Municipal quando eu ou outro membro da Assembleia lhe perguntar não pode abdicar das suas próprias responsabilidades. E eu fiz perguntas que não foram respondidas. Esta pergunta que está aqui, é para mim pouco digna de um técnico, e também não coloca bem a Câmara que mandou isto. No seguimento do despacho, que obviamente não foi cumprido. Porque se pediu aos seus serviços que lhe fornecesse elementos para responder à minha pergunta, desculpe senhor Presidente, os seus serviços não cumpriram o seu despacho. E não acontece nada? Não houve mudança? Se é para isso vamos embora. Não vale a pena andar a enganar ninguém. –“Relativamente ao requerimento pelo

membro Dr. Gouveia Coelho poderei esclarecer o seguinte”. Eu pedi elementos muito concretos. –“*Quanto à alínea d) do ponto 1*”. Então a a), b), e a c)? Foi logo à d)? No ponto 1 –“*O Dr. Nuno Vieira, representa a Câmara Municipal no processo ligado à Marmoiral*”. *Quanto ao nº. 2. conforme resulta da contestação o mandatário foi constituído pelos membros do PSD que fazem parte da Assembleia.*” Não responde ao que eu perguntei. Quanto ao ponto 3 enviou de documentos. Mandou o articulado da contestação do advogado de Lisboa, mandou a sentença do Tribunal Administrativo, e mandou uma cópia de honorários que se lê com dificuldade. Não foi isto que eu pedi. É facilíma a conclusão. Não há elementos na Câmara Municipal que possam fundamentar qualquer contrato como prestação de serviços. Porque senão tinham fornecido. Não há escritos, não há fax, não há nada. Não houve contratação dos serviços que constam dos nossos procedimentos administrativos, e não há justificação para o pagamento de um euro de honorários. Em nome dos eleitores digo já à Câmara, não paguem um euro que não seja devido. Se o Tribunal condenar a pagar, têm de pagar, mas voluntariamente não paguem nada a ninguém sobre que haja dúvidas. Como é que um técnico dá um parecer? Ou não tem elementos e não dá, ou dá um parecer como técnico. A nota de honorários está datada no Porto com data de 20 de Outubro de 2009, depois das eleições, tem carimbo de entrada nos nossos serviços no dia seguinte. No mesmo dia 21 tem aqui três ou quatro despachos. Mas mediante o despacho do técnico “*Confirmo a prestação de serviços*”. Com base em quê? Só tem aquilo que me mandou? E em 21 de Outubro fez este despacho? E assinou por baixo? Em sopro de ouvido? Em côn de cartão partidário? Não tem elementos nenhuns. Chega aqui alguém a pedir 50 mil euros. E confirmam? Não têm nada aqui para confirmar. Eu pedi os elementos todos trocados entre a Câmara, e o que me mandou, foram peças que não têm carimbo de entrada, quem as recebeu? E confirma os serviços? E não acontece nada? E a nossa Câmara era, e vai continuar a ser gerida assim? Isto é demasiado grave para nós nos calarmos. Mais, mandaram-me uma cópia de uma nota de honorários que tem aqui um formulário, o único item assinalado é (estudo integral do processo administrativo – horas afectas 260 para estudar um processo administrativo, e mais 132 de fotocópias. A

comunicação social, se calhar sem intenção, fez umas contas e veio dizer que um advogado leva não sei quantos à hora. Quando aparece o preço hora não vamos dizer que o advogado ganha muito à hora. O problema não está aí, 260 horas vezes não sei quanto por hora dava um valor muito elevado, segundo a jornalista e a comunicação social. Desculpem que vos diga, mas na Câmara nenhum cliente pagava isto sem reclamação. Portanto não há 260 horas nem horas. Há muito menos horas. Mas se a Câmara procurasse bem, provavelmente o mesmo técnico jurídico já tinha anteriormente dado outra informação, que eu agora não tenho aqui, porque me facultaram fotocópia, porque houve mudança na Câmara. E tem lá não sei quantas horas de uma nota de honrarias emitida depois da contestação entrar em Tribunal da ordem dos 5.000€, e que pelos vistos já recebeu em 2007. Então depois das eleições autárquicas vem aqui mais 260 horas? Porque não houve audiências em Tribunal, ele mesmo confessa e não factura nada para isso. Não houve audiências de julgamento, não houve nada. É assim que anda a nossa Câmara Municipal? Estes 39.000€ sem IVA, era para pagar o quê? E a quem? Resumidamente. Qual era a acção que estava em causa? Um membro desta Assembleia no pleno exercício dos seus direitos, colocou ao Tribunal Administrativo de Penafiel, uma questão que se resumiu no seguinte: Os membros eleitos do PSD e a própria Mesa faltou a oito reuniões seguidas. E nós viemos aqui. Isto custou caro ao Município. E ao contrário do que foi dito publicamente o PS é que teve a culpa. O José António é que teve a culpa. É também para a reposição dessa verdade que eu aqui estou. Não foi posto em Tribunal nenhum órgão Autárquico. Foram postos em Tribunal pessoas concretas, eleitos e empossados que faltaram à reuniões. Se alguém me puser em Tribunal por causa do exercício das minhas funções, eu tenho direito a ser reembolsado das minhas despesas, mas por causa do exercício das funções. Não é por não as cumprir, não é por faltar a elas. Mas se eu tenho ou não direito a ser reembolsado o município só vai saber no fim, porque é preciso que eu não tenha dado causa por dolo ou negligência. Ora quem foi chamado a Tribunal não foi o Município, não foi a Câmara, não foi a Assembleia, não foi a Mesa da Assembleia. Foram membros concretos, que por acaso foram eleitos pelo PSD, e esses é que teriam ou não de se defender.

Suponho que a maior parte deles nunca viu o advogado, nunca falou com ele. Tenho praticamente a certeza que nenhum pagou um euro, e portanto não tem direito a reclamar nenhum euro ao Município. Se ganhasse a acção, e se a acção fosse por causa da actuação enquanto autarca. Mas não, foi por causa de não trabalharem. Foi por faltarem, isso não é uma acção por causa do exercício das funções autárquicas. Este bocadinho pode ser eventualmente discutível. Pode ser discutível não é pelo facto de ser pelas faltas, quanto a isto não tenho dúvidas. Se um de nós tiver um processo em Tribunal por faltarmos aqui aos nossos deveres, ou por termos apresentado justificações falsas, porque as justificações foram falsas. Ou faltaram todos justificadamente a oito reuniões seguidas? Não é verdade. Ninguém acredita. Por estas duas coisas, nenhum autarca do PSD tem direito a ser reembolsado seja do que for. A questão é que havia outro pequeno argumento no processo, que pode lançar discussão sobre esta matéria. Mas a Câmara Municipal a meu ver, não tem fundamento nenhum para pagar um euro, e tem de ser apuradas responsabilidades se lhe baterem à porta a reclamar seja o que for. Ao contrário do que diz o Senhor Presidente da Assembleia aconselhando a Câmara a ir à Ordem dos Advogados. Não tem nada que ir à Ordem dos Advogados. A Ordem não tem nada a ver com isto. A Câmara não tem nada que ir pedir laudo nenhum à Ordem de Advogados. Se contrataram um advogado paguem-lhe, e se tiver direito a reembolso depois vê-se a quem e quanto. Outra recomendação à Câmara Municipal. É preciso que nos entendamos. Efectivamente temos de arriscar. Eu estou aqui a arriscar, mas às vezes, sobretudo quem toma decisões, pode ser chamado a Tribunal. Se for chamado a Tribunal tenho de me defender. É que o José António, não sei se já foi reembolsado ou não, foi posto em Tribunal pelo Presidente da Assembleia, por uma coisa relacionada, como eu já disse na primeira parte dos trabalhos, com questões que foram badaladas a nível autárquico, perdeu tempo em Tribunal, teve de pagar a um advogado, recorreu, ganhou na Relação e foi absolvido. Não sei se o Presidente da Assembleia já teve o cuidado de analisar se ele já reclamou, ou deve reclamar. Tanto quanto sei, não reclamou nada, pagou do bolso dele, mas aí sim foi absolvido. Eu também posso ter que me defender, se me puserem em Tribunal, e tenho despesa, e pode o município e os

munícipes poder ter que me reembolsar se eu agi sem culpa, sem dolo, e sem negligência. Não é por não agir, por faltar. Era necessário que a minha recomendação, que se dissesse a todos os autarcas de Castelo de Paiva e a Câmara Municipal tem de fazer isso, que previna todos que podem contratar advogados a Nova Iorque, a Lisboa, a Paris, onde queiram. Mas há regras e critérios legais que os eleitores exigem, para a fixação de honorários. As extravagâncias qualquer um pode ter à sua conta. Acho que era um bom critério que a Câmara se recusasse a reembolsar qualquer autarca de honorários que sejam apresentados em valores que não se coadunem com a média dos honorários praticados nesta comarca. Estes 50.000 euros podem representar um rendimento de um advogado na comarca. Pode estar aqui o salário inteiro do trabalho de um ano de um advogado aqui. E não está demonstrado que não houvesse advogados aqui. Terminava aqui para não me alongar mais. Haverá aqui mais matéria para reflexão. Resumindo que fossem rigorosos na informação que este parlamento vos solicite, e não façam como estes doze anos, que não haja aqui omissões ou sonegação de elementos porque custa-me muito a crer que os serviços na informação que solicitei tenham sonegado que já tinham pago honorários a esse advogado pelo mesmo serviço depois da contestação, e lá as horas de trabalho são mais adequados ao trabalho que isto dá. Isto é um processo extremamente simples. Sejam correctos exijam aos técnicos e aos serviços. É preciso que os serviços sejam competentes e cumpram. Sobre esta matéria provavelmente voltaremos a falar. E não vamos falar outra vez de admissões, da maneira como entraram, etc. Não tenho nada contra ninguém, mas o que já tenho é que não sejam competentes, que não se informem e formem, ou então que a Câmara lhe dêem a formação profissional e exigem todos os deveres. A Câmara tem de exigir os deveres, competência, honestidade e isenção. Não se dão pareceres por sopro de ouvido. Não se dá pareceres por cores partidárias. Não se dá pareceres por ser amigo, inimigo, parente ou não. Isso não pode acontecer. Este caso mereceu-me esta reflexão. Espero então que estes honorários não sejam obviamente pagos porque seria delapidar o Município com base em critérios perfeitamente inaceitáveis.” ***

____ Usou da palavra o Membro Dr. Pedro Maldonado que referiu: “ Eu confesso que tenho algumas dúvidas depois do que acabei de ouvir pelo meu distintivo colega de profissão Dr. Gouveia Coelho porque talvez por inépcia minha e por ainda não estar muito habituado a estas lidas, perdi-me a meio do raciocínio do meu colega. Eu gostava que ficasse esclarecido se entende ou não, que houve prestação de serviços. Isto é, houve ou não houve por bem de um determinado profissional liberal prestação de serviços jurídicos no caso enquanto advogado? Esta é a primeira questão que gostava de ver esclarecida porque ao que parece essa questão está em aberto. Há pouco foi perguntado a que título é que se apunha a confirmação da prestação dos serviços? Se é que eu percebi bem o enquadramento o meu distintíssimo antecessor fez da questão. A segunda questão é esta e vamos lá ver se a gente se entende: O não fazer também é fazer, o não exercer também é exercer. A questão é esta, no exercício legítimo de um direito que ninguém põe em causa, eu não ponho, e até tenho o à vontade de não vir de trás, portanto estou alheio a essas guerras, mas no exercício de um direito legítimo, o deputado municipal José António Rocha intentou uma acção do foro administrativo contra seus pares. Isto é, contra membros da Assembleia Municipal eleitos pelo Partido Social Democrata. Porque nessa qualidade de membros da assembleia municipal terão tido uma conduta que na opinião do Senhor deputado era susceptível de provocar a perda de mandato. Continuemos a falar claro. Isto é, ou não é ser accionada em Tribunal pelo exercício das suas funções? O que a Lei quis distinguir, no meu modesto entendimento que fica seguramente atrás do seu por superior, foi aquela situação típica do senhor deputado da Assembleia Municipal cujo vizinho chateado com ele lhe chamou um impropério. E então não tinha cabimento que esse deputado da Assembleia Municipal viesse pedir apoio jurídico à Câmara para se defender do vizinho. Mas não é isso que está aqui em causa. O que está aqui em causa, clara e inequivocamente é, no meu entendimento, alguém que estando a exercer as funções de deputado de eleito municipal foi como tal accionada. Portanto no meu modesto entendimento também, cabe nos termos do estatuto do eleito municipal, porque é bom que nós saibamos todos os que exercemos funções de autarcas que temos direitos, e um deles como

seguramente saberemos todos, em particular aqueles que como eu por dever de ofício sabemos que o artigo 5º tem uma alínea que diz, que os eleitos locais têm direito a apoio neste tipo de situações. O artigo 21º. Vai concretizar o conceito. E diz. “ constituem encargos a suportar pelas autarquias respectivas, as despesas provenientes de processos judiciais em que os eleitos locais sejam parte, desde que tais processos tenham tido como causa o exercício das respectivas funções e não se prove dolo ou negligência por parte dos eleitos.” Eu não vou seguramente fazer aqui uma palestra sobre aquilo que é o conceito do exercício dos direitos. Agora não há dúvidas absolutamente nenhuma, no meu modestíssimo entendimento que cabe claramente aqui na integra este conceito jurídico. Esta situação de facto consegue enquadrar-se a este enquadramento legal. O que se podia discutir, como muito bem notou o meu distintíssimo colega, é a questão do dolo ou da negligência. Isto é, se o eleito local tivesse por acção ou omissão de forma dolosa, intencional ou de forma negligente contribuído para esta essa situação que o levou a tribunal, então o Município estava dispensado de pagar. Como é que isso se vai aferir? Que mais não seja pelo resultado da lide, ou seja, será a sentença que vai clarificar ou não, se o réu agiu ou não agiu com dolo ou negligência, tanto quanto eu seu daquilo que eu ouvi e li na comunicação social, os quinze membros da Assembleia Municipal eleitos pelo Partido Social Democrata terão sido todos absolvidos, não perderam o mandato. O que pode ajudar a concretizar no caso concreto se é ou não é no caso, se está ou não está verificado o tal elemento subjectivo. É que um, como nós sabemos, o elemento objectivo é o estar no exercício das funções. Então alguém que é demandado enquanto deputado não está no exercício das funções? Está na qualidade de quê? A mim o que me preocupa é a questão de princípio. Isto é inalienável da nossa função de autarcas, de eleitos. Nós temos direitos. Portanto que nos deixem exercê-los. No meu entendimento esta situação, se é ou não devido o apoio nos termos em que a lei o clarifica e que o concretiza, é. Quanto à questão do montante, também discordo, do entendimento do meu colega que me antecedeu. Aparentemente há aqui alguém que será responsável pelo pagamento dos honorários. Esse alguém, no meu entendimento, também lá cabe o eventual pagador que seria a Câmara Municipal, também pode

eventualmente pedir à Ordem dos Advogados nos termos regimentais um laudo. Também para que não haja qualquer tipo de dúvidas, o que é que é um laudo? Um laudo, constitui um parecer técnico e juízo sobre a qualificação e valorização dos serviços prestados pelos advogados, tendo em atenção as normas do estatuto da ordem dos advogados, a demais legislação aplicável e o presente regulamento. Entendo que se há dúvidas sobre a bondade, sobre a justiça, sobre adequabilidade a proporcionalidade, o montante exacto dos honorários apresentados pelo meu colega, então que se questione quem de direito. E a esse propósito permitia-me terminar esta minha intervenção, perguntando clara e inequivocamente ao Senhor Presidente do Executivo Municipal se vai aceitar o desafio que lhe foi feito pelo senhor deputado Dr. Gouveia Coelho de não pagar os honorários. Isto é, eu gostava que a Câmara, na medida do que lhe fosse possível, feito que foi o desafio de não pagar, só por uma questão de saber com aquilo com que podemos contar. Gostava que o Senhor Presidente da Câmara se efectivamente tiver elementos suficientes para o efeito, que nos diga nesta que é a sede própria para o fazer, se vai ou não pagar a nota de honorários que o Presidente da Assembleia lhe remeteu para o efeito? Uma última questão que gostava de ver esclarecida com toda a serenidade. O que é que se quer dizer em concreto com ocultações, falsificações sonegações ou omissões? Quero que fique aqui claramente dito esclarecido se efectivamente é ou não é verdade aquilo que o Senhor Dr. Gouveia Coelho referia que tem a ver com a existência dum nota de honorários anterior? Da leitura que foi feita da documentação trocada, entre o Senhor Presidente da Mesa e o Presidente do Executivo e das informações que os serviços prestaram essa informação não consta, e era conveniente a bem da verdade que isso fosse devidamente clarificado, sob pena de a ser verdade é gravíssimo. Mas também a não ser verdade e a ter sido levantada a questão também não me parece muito curial. Eu entendi que teria havido uma outra anterior nota de honorários. É isso que tem de ser clarificado. Esta parece uma questão relevante, tem a sua importância, que ninguém tenha dúvidas absolutamente acerca disso, há que esclarecer efectivamente as pessoas e os paivenses em particular sobre esta situação, mas há que fazê-lo de uma forma objectiva. Isto é cedendo e fornecendo às pessoas

toda a informação que há sobre o assunto mas também todas as possibilidades que à de leitura de interpretação que das normas que regulamentam esta situação.” ***

____ Usou da palavra o membro Dr. Gouveia Coelho para fazer um esclarecimento: “O que está em causa é que um técnico da Câmara confirma com base em quê? Porque há aqui um contrato de prestações de serviços, porque estas foram as condições em que foi contratado, e está aqui um cavalheiro a pedir 50.000€ . Se eu fosse Presidente da Câmara, pedia ao técnico um parecer para me fundamentar, porque não saberia de tudo, e um técnico que me fizesse isto.... Quanto a outra questão, tenho aqui um documento dirigido a um vereador datado de 8 de Agosto de 2007 do Porto e diz assim: (*Envio de nota referente a honorários por serviços prestados e despesas efectuadas. Exmº. Senhor Vereador, os nossos mais cordiais cumprimentos. Para todos os efeitos junto remeto nota de honorários e despesas, com a contestação da acção administrativa especial de pretensão conexa com actos administrativos a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel. Permito-me chamar a atenção de V.Exº. para as despesas com o processo inteiramente suportadas pelo escritório sem incidência de imposto e para especial prudência no valor hora cobrado, bastante abaixo da prática da especialidade e foro locais. Assim agradecemos s a remessa das quantias peticionadas com a brevidade possível para a morada abaixo indicada . Os cumprimentos.*) E tem aqui um despacho que vou tentar ler : (*Confirmo esta prática de serviço na sequencia de prestação da apresentação da contestação à acção colectiva de perda de mandato aos membros da Assembleia Municipal*) Está assinado. Eu fiz um requerimento à Câmara. O Senhor Presidente da Mesa fez um relatório sobre o meu requerimento e até disse à Câmara que estava ao dispor. O Presidente da Câmara fez um despacho aos serviços a pedir os elementos. Mas isto não está nos serviços. Mas digo mais, houve mudança em Castelo de Paiva, espero que tenha havido e que se sinta no dia a dia. Era interessante saber qual o técnico que pouco tempo antes tinha facultado isto à Câmara Municipal?” ***

____ Usou da palavra novamente o Dr. Pedro Maldonado para esclarecer: “A questão coloca-se da seguinte forma: Ainda assim admitindo a

existência desse documento, a questão de fundo mantém-se, ou seja, se é ou não devido o apoio jurídico consubstanciado no pagamento das despesas e nos honorários do advogado? Se é ou não é devido no caso concreto? Tanto quanto eu sei e da maneira como o Senhor Dr. há pouco consolidou, estruturou e apresentou o seu raciocínio não era isso só que estava em causa. Era a questão de serem ou não devidos os honorários. A prestação de serviços existiu ou não? É ou não é devida protecção jurídica consubstanciada no pagamento a qualquer membro da Assembleia? A questão é esta ainda que isso se reporte à mesma situação a questão de fundo mantém-se. Se há ou não o integrar do conceito de apoio que os membros de um órgão autárquico no exercício das suas funções tenham? ***

— Usou da palavra o Dr. Rocha Pereira para referir: “Eu confesso que não percebi a inclusão deste ponto na ordem de trabalhos, quando recebi a convocatória. Agora percebi. E não percebi na altura porque eu pensava, que tendo a Câmara Municipal e o Senhor Presidente o dossier em mãos, eu esperava é que se de facto há aqui algum litígio alguma questão, fosse a Câmara a resolvê-lo. Entendo agora a intervenção do senhor Deputado Dr. Gouveia Coelho quando nos vem dizer, e isto não consta da ordem de trabalhos e devia constar porque era mais esclarecedor, é que no fundo o que ele pretende fazer é uma sugestão. É uma recomendação à Câmara Municipal. A minha questão desde já é esta: O que é que pensa a entidade, o órgão a quem o processo está confiado, quem o tem em mãos que é a Câmara Municipal, pensa ou decidiu sobre esta matéria? Se é que decidiu! Foi pedido algum parecer à Associação Nacional de Municípios? Foi colocado o problema ao Provedor de Justiça? As questões são simples de colocar e difíceis de responder. Isto do direito às vezes o que parece complexo acaba por ter uma solução fácil, e aquilo que à partida parece muito claro torna-se muito complexo, e é preciso encarar as coisas com o devido cuidado. Porque no fundo as questões são muito simples. Quem deve pagar? Quem souber responda. Segunda questão. O que está aqui em causa inclui-se como um acto praticado no âmbito das funções dos autarcas? Eu gostava que da parte do Executivo nos dissesse em que ponto é que esta matéria se encontra? Penso que é uma questão muito delicada. Só

entendo que ela tenha sido trazida a esta Assembleia numa perspectiva de sugestão, de chamada de atenção à Câmara Municipal, a nós Assembleia Municipal ninguém propôs o que quer que fosse sobre esta matéria. E se efectivamente esta questão fosse uma questão séria para o Executivo, o Senhor Presidente da Câmara poderia, e se calhar devia, tomar a iniciativa de incluir na Ordem de Trabalhos esta matéria. Mas não o fez. Eu comprehendo do ponto de vista político, que haja pessoas da bancada do Partido Socialista que chamem a atenção ao Senhor Presidente da Câmara. Acho muito bem, e isto é dito sem quaisquer segundas intenções. O que eu desejo é que ninguém se queime nesta matéria.” ***

_____ Usou da palavra o Membro Dr^a. Fátima Strecht para referir: “O que me faz intervir neste ponto concreto, a mim só me diz respeito a uma questão. Que é a questão de fundo que tem a ver com o pagamento, com a quantia em si, e com certas questões que lhe estão inerentes a este assunto. Permite-me discordar com o Senhor Dr. Gouveia Coelho e concordar com o meu colega Dr. Pedro Maldonado, e não vou tecer considerações acerca do “facere e non facere” parece que temos opiniões similares neste este assunto. Porque o facto de não ter vindo àquelas sessões que tinham sido agendadas para a Assembleia Municipal, não se pode aqui deduzir que não seja exercício de funções, em meu modestíssimo entender, isso é exercício de funções. A mim o que me prende a esta situação, e acho que tenho o dever de intervir, e parafraseando o Senhor João Dias e utilizar a sua expressão, “eu ouvi na rádio, e se eu ouvi na rádio, muita gente ouviu, e é verdade que foi dito”, e a mim no que me choca neste caso concreto, mas é uma certa leviandade com que em relação a este caso quando são trazidos à colação os montantes dos honorários esta displicência, que é feita pelo seguinte: O Senhor Presidente da mesa quando inquirido acerca desta questão muito concreta diz que aquilo que lhe interessa é que foi ele e os demais elementos do PSD bem defendidos. E a prova está que o advogado os levou a bom porto. Ganharam no Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel, depois de um recurso voltaram a ganhar no Tribunal Administrativo Central, não sabe se é muito se é pouco. Quem lhe arranjou o advogado foi o então Presidente da Câmara Municipal Dr. Paulo Teixeira. Para mim isto é que é de grande importância para todos

nós, para mim enquanto membro desta assembleia Municipal e a todos os paivenses, porque o que aqui pode estar em causa, é um delapidar ainda mais dos cofres do Município. E eu só gostava de perguntar ao Senhor Presidente da Mesa e aos restantes catorze elementos que foram defendidos por este senhor Dr Nuno Vieira, se fossem eles a título particular que tivessem de mandatar um advogado. Primeira questão: Se iriam contratar um advogado com escritório em dois andares nas Amoreiras em Lisboa? Segunda questão: Iam entregar-lhe um processo sem o conhecer? Gostava de saber como é que foram emitidas estas procurações ao Senhor Advogado em causa? Os senhores quinze elementos emitiram-lhe procuração? Não o conheciam e confiavam nele? A que título? Sabiam de antemão quais eram os honorários que iam ser cobrados? É porque se calhar se pensassem de inicio que eram eles a pagar, com certeza que se teriam preavido para saber qual seria a totalidade dos honorários que no fim o processo iria onerar nas suas carteiras. Mas como já consideravam que o pagamento era da responsabilidade do Município, vamos passar a procuração, não conhecemos o Senhor, não sabemos se nos vai defender bem ou mal, presumimos que nos vai defender bem porque foi escolhido pelo Senhor Dr. Paulo Teixeira, não queremos saber se ele vai levar 20, 30, 40 ou 50.000€. Portanto enquanto membro desta Assembleia Municipal preocupa-me esta série de questões, o não se ter tomado certas atenções a título prévio, já se sabe que um processo vai ter custos, mas se algum dos quinze elementos que emitiram o procuração ao meu ilustre colega se sabiam de facto que ele ia levar cerca 10.000 contos por defendê-los neste processo. Para mim em meu modesto entender, a Câmara não pode e não deve pagar ao Senhor Dr. em causa. ***

_____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa para responder às questões que lhe foram colocadas: “Ouvi com muita atenção tudo aquilo que foi dito nesta Assembleia nomeadamente decorrente deste ponto. E há uma convicção que ninguém me abala. Os autarcas têm direitos e não admito que reduzam os direitos que a lei lhes dá, seja do PSD, do PS ou do CDS. É óbvio que eu estou convicto de que quando o Dr. José António Rocha colocou em causa a perda de mandato por exercício do direito que nós temos, foi uma posição política que tomámos. Até me

recordo na Assembleia foi lido um comunicado político e ausentamo-nos da Assembleia e o Tribunal reconheceu isso. É uma posição política que temos, direito em sair da Assembleia. Temos direito ao apoio jurídico, e contrariamente aquilo que o Senhor Dr. Gouveia Coelho disse há pouco, eu não interpelei o Dr. Adão. Está aqui claramente escrito o que fiz. Fui solicitar apoio jurídico ao órgão municipal a quem compete apoiar a Assembleia. O que está na lei é que o órgão autárquico Câmara Municipal é que dá apoio jurídico. Pode haver diversos entendimentos, uns concordam outros discordam, mas o meu entendimento é este. Aliás tive o cuidado de pedir diversos pareceres e vão todos no mesmo sentido, sobre esta questão em concreto. Dr.^a Fátima, eu não podia pedir um orçamento público, como sabe qualquer réu tem direito a escolher advogado, nós podíamos ter tido quinze advogados, cada um escolhia o seu, é o que diz o estatuto da Ordem dos Advogados. Mas não, os quinze delegaram em mim para tratar deste processo, e passaram procurações como é óbvio. Sabe que as procurações têm de estar em Tribunal. Não conhecia o Dr. Nuno Vieira, passei a conhecê-lo desde então. Eu disse na Rádio Paivense inicialmente que não o conhecia, por lapso meu, depois corrigi logo numa emissão a seguir. E é bom que se diga a verdade toda, não se diga só meia verdade, senão soa a mentira. Tive duas ou três reuniões com o Senhor, a primeira delas fui acompanhado pelo Senhor Dr. Paulo Teixeira, então Presidente da Câmara, Senhor Vereador Dr. Ricardo Jorge, Dr. Adão Santos do gabinete Jurídico e eu próprio. Houve troca de documentos, o que é normal num processo jurídico. Mas vamos lá ver, podia não ter havido recurso, perdeu-se na primeira instância, e não se recorria. Quem é que recorreu novamente? O Dr. José António Rocha. Dá a impressão que nós é que fomos os causadores da despesa. Não fomos. Nós limitamo-nos a defendermos-nos. Não pusemos nenhum processo contra ninguém. E há outra coisa que me espanta nisto tudo. Já alguém falou com o Dr. Nuno Vieira? Senhor Presidente já teve oportunidade de falar com ele? Eu aconselhava-o a falar. Porque é parte interessada no assunto. Estamos aqui a falar entre nós, mas ninguém fala com o senhor. Acho que ele tem o direito de ter uma palavra e uma conversa com ele. Tanto mais que ele não é o único processo que tem em Castelo de Paiva. É uma questão que chamo a atenção, é que o Senhor

Presidente da Câmara tem de falar com ele, e depois tem de decidir. E aquilo que eu disse e repito, não sei se é muito se é pouco dinheiro. Não faço a mínima ideia em direito administrativo, é uma primeira instância e um recurso de quinze réus, mas já aqui foi dito que há uma instância própria que decide isso, se os honorários são justos ou não. Em dúvida pergunte-se a quem de direito. Agora o que não é legítimo é estar aqui a gritar, e uns dizem que é muito, outros dizem que é pouco, e outros dizem não sei se é muito se é pouco. Agora há uma questão que é mais importante que isto tudo. Admira-me ver autarcas a tentar diminuir os seus direitos. Porque isto que aconteceu aos do PSD pode acontecer amanhã aos do PS. Nós mesmos estarmos a reduzir os nossos direitos é complicado. Isto que estou a dizer, estou a dizer com toda a seriedade como autarca, independentemente das armas de arremesso político.” ***

____ Usou da palavra o Membro Jorge Quintas para colocar a seguinte questão: “Só queria perguntar ao deputado municipal Dr. Pedro Maldonado se falou em nome próprio ou em nome da bancada do Partido Social Democrata? E já agora qual a sua opinião, pague-se ou não se pague? O Dr. Gouveia coelho foi claro e recomendou que não se pagasse, e eu estou de acordo com ele. Elaboraram um discurso muito bonito, a questão que levantaram foi mais uma conversa entre advogados, e objectivamente queria saber se é da opinião que se pague ou não se pague?” ***

____ Usou da palavra o membro Dr. Pedro Maldonado para responder às questões que lhe foram colocadas: “Quanto à primeira questão que o Senhor Deputado me coloca, devo dizer-lhe o seguinte: Na primeira Assembleia Municipal houve um tomar público de posição de que o porta-voz da bancada do Partido Social Democrata é o Senhor Prof. Daniel. Eu vim aqui e assim o disse no início da minha intervenção, anunciando como a primeira, portanto falei em meu nome. Sou deputado à Assembleia Municipal, eleito como qualquer um de nós e falei nessa qualidade. Quanto à outra questão, pague-se se for devido. Eu não faço apelos ao pagamento ou ao não pagamento. O que disse e repito, no meu entendimento estão reunidas as condições quer objectivas ou subjectivas no estatuto dos eleitos locais para que se pague os honorários. Agora há que pagar se efectivamente a Câmara Municipal depois de analisar todo o

contexto que envolve a situação, entender que tem de pagar. Não me pergunte a mim se eu aconselho a Câmara a pagar ou não. A resposta não lha dou. A resposta tem de ser dada se eventualmente o Senhor Presidente do executivo tiver reunidas as condições para tal, tem de ser dada por ele. O que digo é que o que ouvi aqui, o Senhor Dr. Gouveia Coelho e do Senhor Dr. José Manuel Lopes de Almeida, desta troca de correspondência que houve de um lado para o outro, dei a minha opinião. Ressalvei também que a ser boa essa missiva que o Sr, Dr. há pouco leu, terá obviamente de ser enquadrada no demais que eu disse. Não me vai ouvir dizer pague-se ou não se pague. A decisão não é minha. Como também a mim ninguém me vai ouvir fazer qualquer tipo de adjetivação aos montantes em causa. Não o faço por uma questão de princípio. Como também não vou adjetivar a bondade de quem meteu ou de quem contestou, ou de quem perdeu, ou de quem ganhou. Não é do meu tempo não assisti não me pronuncio. Posso ter uma opinião pessoal, mas não é essa que conta aqui. Aqui é a minha opinião política. Politicamente lhe digo Senhor Deputado, que não respondo à simpática questão que me colocou.” ***

— Usou da palavra o Senhor Dr. Gouveia Coelho que referiu: “A questão pode não morrer aqui, mas não é o problema de uma sugestão à Câmara ou o agendamento da situação. Há questões de fundo, de esclarecimentos de actuações políticas mais significativas. Nem é só a questão dos honorários. Eu não estou a falar como advogado, estou a falar como paivense, como membro da Assembleia Municipal, e se o povo diz escandalosos. Eu qualifico escandalosos. Última questão. Tem sido dito e foi aqui repetido que o culpado é o José António e o PS. Obviamente que não. Não foi ele que contratou advogado nenhum. Não foi ele que deu causa à acção. O que deu caso a acção, foi o não funcionamento deste órgão em Castelo de Paiva, as faltas e o escândalo da justificação das faltas. O Senhor Presidente da Mesa disse agora que o Tribunal diz, que podiam abandonar a Assembleia. O tribunal diz muito mais, então venha de uma vez a sentença para aqui e discuti-la. É que depois faltaram às Assembleias legalmente convocadas, justificaram eles próprios as faltas deles, e o processo soçobrou, não porque as faltas fossem justificadas, não porque eles cumprissem com o seu dever, não

pelo que o Presidente da Assembleia não tenha deixado de cumprir a sua obrigação de convocar as Assembleias, está lá dito. É por outra coisa, que diz que não foi impugnado o acto administrativo das justificações das faltas pela Mesa e pela Assembleia. Eu impugnei -o aqui. Recorri para a Assembleia. Não aceitaram. E garanto-vos que no apontamento que foi dado ao advogado que patrocinou a causa, foi-lhe pedido que pedisse a anulação da justificação das faltas pelos próprios. Senhor Dr. Pedro Maldonado se isto é exercício das actividades democráticas eu não me revejo nisso. Eu para isso não quero ser eleito para ter o direito de não vir aqui.” ***

____ O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que não iria discutir as sentenças de dois Tribunais, e nem a Assembleia tinha competência para isso. ***

____ O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra: “Eu já a qualifiquei em termos de honorários e de montantes numa reunião do Executivo Municipal também a considerei escandalosa. O acto que tomei foi de imediato pedir cópia do processo ao Senhor Dr. Nuno Vieira no dia 6 de Novembro do ano passado, e até ao momento não obtive qualquer resposta. Por isso digo que saberei o que tenho de fazer e pelos elementos que tenho e não tenho neste momento, o que posso dizer é que não efectuo qualquer pagamento ao advogado em causa.” ***

____ PERÍODO DA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. ***

____ Interveio o Senhor Oliveira, para dizer ao Senhor Presidente da Assembleia que não desse ordens ao Presidente da Câmara, relativamente ao pagamento da quantia discutida anteriormente. ***

____ O Senhor Presidente da Assembleia respondeu dizendo que não tinha dito nada do que acabava de afirmar e que aquele senhor tinha compreendido mal o que se tinha discutido. ***

____ Interveio o Senhor Agostinho Monteiro que questionou o Senhor Presidente da Assembleia sobre o que tinha dito em relação ao direito que os membros da Assembleia tinham direito a um advogado individual, e com estes honorários para quanto é que iria esta conta? Terminou dizendo que antes de se contratar deveria saber-se os honorários. ***

____ O Senhor Presidente da Assembleia respondeu dizendo que não tinha proferido aquela informação mas sim que, cada um pela Lei tinham direito a escolher advogado. Se ficava mais barato ou mais caro não sabia responder, e que ter conhecimento do custo antecipado, era uma questão técnica em termos de advocacia. ***

____ O Senhor Presidente da Assembleia declarou encerrado o Período de Intervenção do PÚBLICO. ***

____ Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, pelas 20.10 horas, dela se lavrando a presente acta que foi aprovada em minuta, por unanimidade, nos termos do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, para efeitos imediatos. ***

_____ E eu Assistente Técnico da
Câmara Municipal de Castelo de Paiva, a redigi e subscrevi. ***

O Presidente.

01º Secretário

Q 1. Secretário, _____
Q 2.º Secretário

U 2. Secretario, _____